



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
DO TRÓPICO ÚMIDO
DOUTORADO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO

SEBASTIÃO NOVAIS SOUSA CRISPIM

OS NEGROS NO AGRÁRIO AMAZÔNICO: diversidade histórica e contemporânea
do campesinato paraense

BELÉM
2025

SEBASTIÃO NOVAIS SOUSA CRISPIM

**OS NEGROS NO AGRÁRIO AMAZÔNICO: diversidade histórica e contemporânea
do campesinato paraense**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação
em Desenvolvimento Sustentável do Trópico
Úmido do Núcleo de Altos Estudos da Amazônia
da Universidade Federal do Pará como parte dos
requisitos para obtenção do título de Doutor em
Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido.

Orientador: Prof. Dr. Francisco de Assis Costa.

**ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE A VERSÃO FINAL
DA TESE DEFENDIDA PELO DISCENTE SEBASTIÃO
NOVAIS SOUSA CRISPIM E ORIENTADA PELO PROF.
DR. FRANCISCO DE ASSIS COSTA.**

BELÉM
2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

N935n Novais Sousa Crispim, Sebastião.
OS NEGROS NO AGRÁRIO AMAZÔNICO : diversidade
histórica e contemporânea do campesinato paraense / Sebastião
Novais Sousa Crispim. — 2025.
88 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Francisco de Assis Costa
Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de
Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2025.

1. Campesinato Negro. 2. Agrário Amazônico. 3.
Diversidade Histórica. 4. Estrutura Racial. 5. Pará. I. Título.

CDD 330.09811

SEBASTIÃO NOVAIS SOUSA CRISPIM

**OS NEGROS NO AGRÁRIO AMAZÔNICO: diversidade histórica e contemporânea
do campesinato paraense**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação
em Desenvolvimento Sustentável do Trópico
Úmido do Núcleo de Altos Estudos da Amazônia
da Universidade Federal do Pará como parte dos
requisitos para obtenção do título de Doutor em
Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido.

Orientador: Prof. Dr. Francisco de Assis Costa.

APROVADA em 27 de fevereiro de 2025.

BANCA EXAMINADORA

PROF. DR. FRANCISCO DE ASSIS COSTA (NAEA/PPGE/UFPA - Orientador)

PROF. DR. DANILO ARAÚJO FERNANDES (NAEA/UFPA – examinador interno)

PROF. DR. RICARDO THEOPHILO FOLHES (NAEA /UFPA - examinador
interno)

PROF. DR. HARLEY SILVA (PPGEA/PPGE/UFPA - examinador externo)

PROF. DR. LUIZ GONZAGA FEIJÃO DA SILVA (UFOPA - examinador externo)

A Ata de Defesa, assinada pelos membros da Banca
Examinadora, consta no processo de vida acadêmica
da discente.

APOIO FINANCEIRO:

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (Capes) - Código de Financiamento 001.

Dedico está tese a minha filha Júlia e a minha esposa Cledianne que são a razão do meu viver, a minha amada mãe Dulce e ao meu irmão Luciano que sem vocês minha família nada disso seria possível. Também dedico ao meu sogro Raimundo, Dió e a todas as vítimas da COVID-19.

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer a oportunidade de ser grato à vida e de usufruir tudo que ela oferece durante uma trajetória: desafios, tristezas, angústias, gratidão, felicidades e amor. Posto isso, destaco esses seis elementos que orientam minha vida em todos os níveis.

Os desafios foram muitos. Escrever uma tese é uma grande tarefa, e realizar esse empreendimento tendo como origem o bairro do Guamá, em Belém, entrando na UFPA aos 27 anos de idade para cursar a graduação em Economia, e agora, aos 39 anos, alcançar nesta mesma instituição o grau de doutor no PDTU/NAEA, com certeza foi um grande desafio. Mas esse desafio se torna ainda maior quando se é preto no Brasil. Infelizmente, ainda são poucos os doutores, em qualquer área, que são negros, e estruturalmente é muito difícil ultrapassar as barreiras do mundo branco no Brasil. A Academia, infelizmente, ainda é um desses mundos.

As tristezas são numerosas, mas as principais são as ausências de todos os queridos e amados que já não estão materialmente entre nós. Esta tese é fruto de um doutorado que teve início durante o auge da pandemia de COVID-19. A primeira aula, realizada de forma remota, foi assistida de um hotel no município de Imperatriz, no Maranhão. O motivo de estar lá era trágico: meu sogro havia acabado de falecer, vitimado pela pandemia e pelo desgoverno, que, com sua ação criminosa, conduziu a morte de mais de 300 mil pessoas naquele mês de março de 2021. Poucos dias antes, o avô da minha esposa, um senhor de quase 90 anos e cuja amizade eu havia conquistado há poucos anos, também foi levado de nós. Essas tristezas, entre outras, também fazem parte do processo que resultou nesta tese.

As angústias foram muitas. Normal, não é? Afinal, produzir conhecimento e consolidar um projeto de vida é naturalmente acompanhado de muita ansiedade. Mas outras angústias surgiram: a necessária derrota do projeto político fascista que persiste em pairar sobre nossas democracias é uma angústia permanente. Além disso, os adoecimentos que sofri, com quatro intervenções cirúrgicas durante o período do doutorado, foram angústias que eu e minha família infelizmente enfrentamos. Mas chega de tristeza!

Gratidão. Sou grato a Deus, essa força inexplicável que a Ciência genericamente nomeia como natureza. Sou grato à vida, que continuo a ter e a gozar com meus amados familiares. Sou grato aos professores que, desde o jardim de infância até o professor Francisco de Assis Costa, me acompanharam e ajudaram a consolidar o sujeito que me

tornei. Sou grato aos técnicos administrativos da UFPA e, em especial, do PDTU/NAEA, que sempre garantiram o suporte necessário ao desenvolvimento da minha formação. Sou grato ao meu pai, Roberto Chrispim, que, com suas virtudes e erros, me orientou por um curto período da minha vida, mas o suficiente para talhar em mim o seu caráter. Sou grato à minha mãe, Dulce, que foi e é uma grande companheira de vida e um amor recíproco para sempre. Sou grato ao meu irmão Luciano, que, mesmo com seu autismo, nunca deixou de ser presente na minha vida. Cuidar de você, irmão, sempre foi minha grande motivação.

Bem, são muitos os agradecimentos, mas há dois que são especiais, e por isso os farei em conjunto. Obrigado aos meus amores, Cleidianne e Júlia. Sem vocês na minha vida, nada disso faria sentido. Sou muito grato a Cleidianne, mulher negra, professora de Economia, doutora e, principalmente, o grande amor da minha vida. Obrigado por cuidar de mim e de nossa filha. Obrigado, Júlia, que neste momento tem apenas 2 anos e 6 meses. Enganem-se com a pouca idade: ela é uma revolução extraordinária. Ser seu pai é a maior dádiva que já recebi, e espero viver muito para poder retribuir a felicidade que você, minha filha, preenche em todos os dias da minha vida.

Bem, nesta última parte foi inevitável relacionar gratidão, felicidade e amor, pois, em síntese, Cleidianne, Júlia, Dulce e Luciano são isso: minha família, que amo e sempre amarei!

EPÍGRAFE

“Sempre fui sonhador, é isso que me mantém vivo. É necessário sempre acreditar que o sonho é possível, que o céu é o limite e você, truta, é imbatível. O tempo ruim vai passar, é só uma fase, e o sofrimento alimenta mais sua coragem. A vida não é o problema, é batalha, desafio, cada obstáculo é uma lição, eu anuncio. Acreditar que sonhar sempre é preciso é o que mantém os irmãos vivos. 500 anos de Brasil e o Brasil nada mudou. Enfim, quero vencer sem pilantrar com ninguém, quero dinheiro sem pisar na cabeça de alguém, o certo é certo na guerra ou na paz. Não espere o futuro mudar sua vida, porque o futuro será a consequência do presente.”

(A Vida É Desafio, Racionais MC's)

RESUMO

A tese investiga a intrínseca relação entre a população negra e o espaço agrário da Amazônia paraense, analisando a formação histórica e a diversidade estrutural do campesinato negro. A pesquisa demonstra que a construção da raça negra no Brasil, enraizada na colonização e no sistema capitalista, estabeleceu um padrão de exploração que se perpetuou no agrário. A análise resgata a centralidade histórica da população negra na estrutura agrária amazônica, marcada pela resistência à escravidão, como a formação de quilombos, e pela busca por autonomia através do trabalho camponês após a abolição. A investigação detalha a diversidade do campesinato na Amazônia, identificando diferentes formas históricas de organização e suas lógicas econômicas específicas, centradas nas necessidades de reprodução familiar. A tese utiliza dados censitários (2017 e 2022) para evidenciar a crescente relevância demográfica da população negra no Pará, incluindo o espaço rural, e a sua predominância numérica como produtores em diversas formas de campesinato. Contudo, a pesquisa também aponta para a persistência de desigualdades raciais no acesso à terra, com uma concentração de áreas maiores sob o controle de produtores brancos. A análise aprofundada das formas históricas camponesas prevalentes no Pará (CbO, CbF e ReC) revela que a população negra é majoritária em número de estabelecimentos em todas elas, confirmando a constituição histórica de um campesinato negro nas formas mais tradicionais da economia camponesa amazônica. A tese conclui que a negritude é um elemento substancial e central no agrário amazônico contemporâneo, e os resultados reforçam a urgência de considerar a dimensão racial na formulação de políticas públicas para o desenvolvimento rural sustentável na Amazônia, visando a superação das desigualdades históricas e a promoção da equidade no acesso a recursos e oportunidades para o campesinato negro.

Palavras-chave: Campesinato Negro. Agrário Amazônico. Diversidade Histórica. Estrutura Racial. Pará.

ABSTRACT

The thesis investigates the intrinsic relationship between the Black population and the agrarian space of the Paraense Amazon, analyzing the historical formation and structural diversity of the Black peasantry. The research demonstrates that the construction of Black race in Brazil, rooted in colonization and the capitalist system, established a pattern of exploitation that has perpetuated in the agrarian sector. The analysis recovers the historical centrality of the Black population in the Amazonian agrarian structure, marked by resistance to slavery, such as the formation of quilombos, and the pursuit of autonomy through peasant labor after abolition. The investigation details the diversity of the peasantry in the Amazon, identifying different historical forms of organization and their specific economic logics, centered on family reproduction needs. The thesis uses census data (2017 and 2022) to evidence the growing demographic relevance of the Black population in Pará, including the rural space, and their numerical predominance as producers in various forms of peasantry. However, the research also points to the persistence of racial inequalities in land access, with a concentration of larger areas under the control of white producers. The in-depth analysis of the prevalent historical peasant forms in Pará (CbO, CbF, and ReC) reveals that the Black population is the majority in the number of establishments in all of them, confirming the historical constitution of a Black peasantry in the most traditional forms of the Amazonian peasant economy. The thesis concludes that Blackness is a substantial and central element in the contemporary Amazonian agrarian sector, and the results reinforce the urgency of considering the racial dimension in the formulation of public policies for sustainable rural development in the Amazon, aiming at overcoming historical inequalities and promoting equity in access to resources and opportunities for the Black peasantry.

Keywords: Black Peasantry. Amazonian Agrarian. Historical Diversity. Racial Structure. Pará.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1: Mapa do Pará no Brasil, recorte territorial da tese.....	20
Figura 2: Modelo cromático racista brasileiro.....	27
Figura 3: Espacialização das formas históricas camponesas nos municípios do Pará em 2025.	59
Figura 4: Mapa da espacialização da prevalência dos estab. e áreas agrop. dos produtores negros nos municípios do Pará em 2017.	68
Figura 5: Pai e Filho camponeses negros do assentamento Mártires de Abril em Mosqueiro, Belém-PA em 2023.	87
Figura 6: Produção camponesa de produtores negros amazônicos em Mosqueiro, Belém-Pa em 2023.	88
Figura 7: Unidade familiar camponesa (estabelecimento tipo concessionário-assentamento) em Mosqueiro, Belém-Pa em 2023.	88

GRÁFICOS

Gráfico 1: População de escravos ao longo na segunda metade do século XIX no Pará.	43
Gráfico 2: Distribuição relativa da população residente segundo a cor ou raça da pessoa, no Brasil, Norte e no Pará, em 2010 e 2022.	62
Gráfico 3: Distribuição relativa da população residente do Pará segundo a situação do domicílio por cor ou raça da pessoa em 2010 (em %).	63
Gráfico 4: Distribuição dos estab. agrop. por camponeses e não camponeses segundo a cor ou raça do produtor nas grandes regiões do Brasil em 2017 (em %).	64
Gráfico 5: Distribuição das áreas dos estab. agrop. por camponeses e não camponeses segundo a cor ou raça do produtor nas grandes regiões do Brasil em 2017 (em %).	65
Gráfico 6: Estrutura fundiária relativa a camponeses e não camponeses segundo a cor ou raça dos produtores no Pará em 2017 (em %).	66
Gráfico 7: Distribuição relativa do estab. agrop. segundo as formas históricas camponesas por cor ou raça do produtor no Pará em 2017 (em %).	71

QUADROS

Quadro 1: Categorias classificatórias e identitárias ao longo da história dos censos demográficos brasileiros.....	29
Quadro 2: Formas camponesas históricas da Amazônia brasileira	50

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: População residente no Brasil e nas grandes regiões segundo a cor ou raça, em 2010 e 2022 (pessoas).	61
Tabela 2: Número e a distribuição dos estabelecimentos agropecuários de camponeses por cor ou raça dos produtores segundo os grupos de área totais em hectare (absoluto e %).	67
Tabela 3: Estabelecimentos agropecuários camponeses por cor ou raça dos produtores segundo as formas históricas camponesas no Pará em 2017 (absoluto e %).	70
Tabela 4: Área dos estabelecimentos agropecuários camponeses por cor ou raça dos produtores no Pará em 2017 (hectare e %).	72
Tabela 5: Área dos estabelecimentos agropecuários de camponeses por cor ou raça e a utilização da terra, segundo as formas históricas camponesas (hectare e %).	73
Tabela 6: População escrava no Brasil, Norte, Amazonas, Pará e Maranhão entre 1864 até 1887 (pessoas).	82
Tabela 7: População residente e a distribuição percentual segundo a situação do domicílio por cor ou raça em 2010 e 2022 (pessoas e %).	83
Tabela 8: Número e a distribuição dos estabelecimentos agropecuários de não camponeses por cor ou raça dos produtores segundo os grupos de área totais em hectare (absoluto e %).	84
Tabela 9: Estabelecimentos agropecuários camponeses por cor ou raça dos produtores e a condição do produtor em relação à terra, segundo as formas históricas camponesas no Pará em 2017 (absoluto e %).	85

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
CbO	Campesinato Caboclo Original
CbF	Campesinato Caboclo Forâneo
FpB	Campesinato Agrícola Forâneo pós-borracha
ReC	Campesinato Forâneo Recente
PIN	Programa de Integração Nacional
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
PIC	Projeto Integrado de Colonização
SIDRA	Sistema IBGE de Recuperação Automática
Camp	Unidades de estabelecimentos camponeses
Não Camp	Unidades de estabelecimentos de não camponeses

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
CAPÍTULO 1. A CONSTRUÇÃO DA RAÇA NEGRA NO BRASIL: UMA ANÁLISE HISTÓRICA E SOCIAL	24
1.1. A raça negra que não é só preta: a questão do pardo.....	25
CAPÍTULO 2. RAÍZES NEGRAS DO CAMPESINATO NA AMAZÔNIA.....	32
2.1. Raça, Escravidão e Trabalho: Uma Perspectiva Histórica	32
2.2. A brecha camponesa no sistema colonial brasileiro.....	35
2.3. A gênese de formas camponesa no agrário brasileiro	37
2.4. Resistência e resiliência negra: os mocambos e quilombos	39
2.4. Os negros do Trombetas no Pará e sua longa trajetória histórica.....	41
2.4.1. Formas de produção autônomas dos camponeses negros no Trombetas	45
CAPÍTULO 3. DIVERSIDADE E FORMAÇÃO DO CAMPESINATO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA.....	48
3.1 Campesinato caboclo original (CbO)	50
3.2. Campesinato caboclo forâneo (CbF)	53
3.3. Campesinato Agrícola forâneo pós-borracha (FpB).....	55
3.4. Campesinato forâneo recente (ReC).....	56
CAPÍTULO 4. REVELANDO A NEGRITUDE NO AGRÁRIO AMAZÔNICO: ANÁLISE DA ESTRUTURA AGRÁRIA E RACIAL NO PARÁ.....	60
4.1. População e raça no rural amazônico: análise comparativa entre Brasil, Regiões e Pará	60
4.2. A Dimensão racial da estrutura agrária	63
4.3. Formas camponesas e raça no agrário paraense contemporâneo: uma análise estrutural	69
CONSIDERAÇÕES FINAIS	75
REFERÊNCIAS	79
APÊNDICE	82
ANEXO	87

INTRODUÇÃO

O que é ser negro no Brasil? Essa poderia ser a pergunta de investigação desta tese, mas ela servirá para outro propósito, ela está colocada como uma indagação histórica e sociológica. Em termos históricos, ser *negro* neste país significa ser herdeiro das sagas dos que foram escravizados durante o sistema colonial português e no período imperial brasileiro, essa mazela e atrocidade foram justificadas pelo modo de produção adotado na colônia lusitana nas américas que perdurou por quatro século (XV-XIX). Já em termos sociológicos, ser *negro* no Brasil e carregar o acumulado das injustiças sociais, é se reproduzir de forma subalternizada, precarizada e marginalizada, dessa maneira, ser o destaque nos indicadores que mensuram desigualdades, pobreza e violência de todos os tipos. Mas, e em termos da economia, como se estabelece o negro no Brasil? Os indicadores de emprego e renda por exemplo comumente apontam que os negros recebem rendas e salários inferiores aos brancos e as mulheres negras ainda sofrem ainda mais, assim acaba por ser raras as figuras negras que são notórias como grandes empresários, políticos e dirigentes de grandes corporações.

O Brasil, marcado por uma história de colonização e escravidão de longa duração, configura-se como um país onde as relações raciais permeiam as mais diversas esferas da vida social, econômica e política. A herança de um sistema escravista que subjogou populações indígenas e africanas por séculos deixou marcas profundas nas estruturas da sociedade, perpetuando desigualdades que se manifestam de maneiras complexas e multifacetadas no mundo contemporâneo. Dentre os diversos campos onde essas desigualdades se expressam, o agrário brasileiro se destaca como um espaço de tensões históricas e contemporâneas, onde a questão racial se entrelaça com a luta pela terra, pelo acesso a recursos e pela própria reprodução social de diferentes grupos populacionais.

A região amazônica, palco de intensos processos de exploração econômica e de significativa diversidade sociocultural, não escapa a essa dinâmica. Pelo contrário, a história da Amazônia, desde os primeiros contatos com os colonizadores até as atuais fronteiras de expansão do agronegócio, é intrinsecamente ligada à presença e à participação de populações negras, muitas vezes invisibilizadas ou marginalizadas nas narrativas históricas tradicionais. A compreensão da formação do campesinato negro nessa região, portanto, emerge como um campo de investigação crucial para a desnaturalização das desigualdades e para a construção de um conhecimento mais abrangente e inclusivo sobre a dinâmica agrária amazônica.

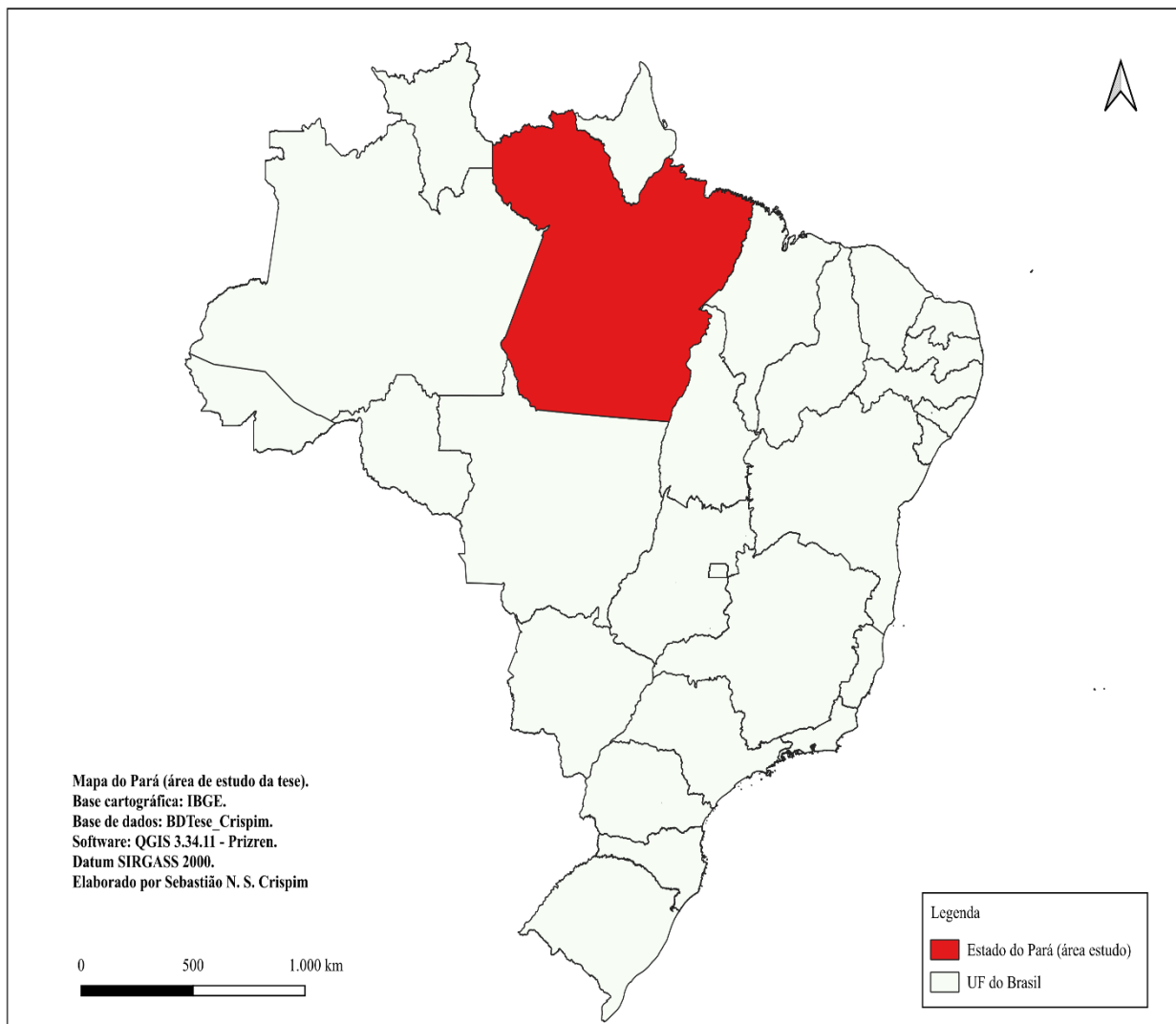
Em termos históricos e econômicos, a partir do estabelecimento da colônia do Grão-Pará foi às atividades coletoras extrativistas das drogas do sertão que se instituiu como a principal base econômica, entre os séculos XVII e XVIII. Com as reformas pombalinas na metade do século XVIII, a atividade agropecuária ganhou um impulso e fortalecimento contribuindo significativamente para o implemento dos escravos negros de origem africana na colônia amazônica, para além de fomentar a instituição de um campesinato originário da região que iria ser uma combinação do conhecimento dos povos originários sobre a natureza da região com os valores culturais dos colonizadores, esse campesinato Costa (2012a) definiu como campesinato caboclo. Na segunda metade do século XIX até o início do século XX, a região se tornou a maior fornecedora de borracha (látex) no mundo, sendo fundamental para a expansão industrial capitalista globalmente (PAULA, 2008).

Os negros foram implementados em um processo de substituição de mão de obra escrava, com o incentivo ao desenvolvimento de estruturas agrícolas na colônia do Grão-Pará durante o período pombalino. Em um primeiro momento, no Maranhão e no Pará os negros foram introduzidos nas atividades da cana-de-açúcar e nas lavouras de arroz e algodão (SALLES, 2015). Os dados publicados no site <https://www.slavevoyages.org/> apontam o quantitativo absoluto de pessoas escravizadas embarcadas na África e desembarcadas no Pará e no Maranhão, no período de 1670 até 1846. Foram 151.886 pessoas no total, sendo 47.431 pessoas para o Pará e 104.455 para o Maranhão, efetivamente desembarcaram nos portos amazônicos um total de 136.185 pessoas, 42.487 pessoas no Pará e 93.698 pessoas no Maranhão.

Os estudos sobre a questão racial no agrário são relativamente escassos na historiografia brasileira, os poucos, porém muito relevantes estudos sobre a questão racial no campo brasileiro serão mais a frente em nossa pesquisa apresentado uma breve revisão de literatura sobre o negro e seu desenvolvimento no agrário brasileiro e, em particular na Amazônia. Obviamente, que a herança da escravidão ainda se faz presente em nossa realidade, 400 anos não podem ser apagados em um pouco mais de um século de abolição da escravidão institucional, a desigualdade tanto urbana como no rural é uma chaga desse lastro terrível. Com isso, apontamos como objeto de nossa tese é o **negro na estrutura agrária amazônica**, para isso vamos investigar seu papel histórico na formação rural e conjunturalmente por meio dos resultados do censo agropecuário de 2017 investigar sua relevância no agrário amazônico.

A presente tese de doutorado se insere nesse contexto, buscando aprofundar a análise da formação do negro no agrário amazônico, com foco específico na diversidade histórica e contemporânea do campesinato paraense. A escolha desse recorte geográfico (ver figura 1) e temático se justifica pela relevância histórica da presença negra no Pará, desde os tempos coloniais, e pela complexidade das dinâmicas agrárias que caracterizam o estado, marcado por diferentes formas de organização camponesa e pela expansão de atividades ligadas ao agronegócio e à exploração de recursos naturais.

Figura 1: Mapa do Pará no Brasil, recorte territorial da tese.



A investigação proposta se reveste de significativa relevância tanto no plano acadêmico quanto no social. No âmbito acadêmico, a tese busca contribuir para o debate interdisciplinar entre estudos rurais, sociologia das relações raciais e desenvolvimento sustentável, oferecendo uma análise que articula a dimensão histórica com a contemporânea, e a perspectiva econômica com a sociocultural. Ao se debruçar sobre a formação do campesinato negro, a pesquisa visa suprir uma lacuna existente na literatura, que por vezes negligencia a especificidade das experiências e das contribuições dessa parcela da população para a construção do espaço agrário amazônico.

No plano social, a compreensão das dinâmicas que moldaram e continuam a moldar a inserção da população negra no agrário amazônico é fundamental para a formulação de políticas públicas mais justas e eficazes. A identificação das formas históricas e contemporâneas de organização do campesinato negro, bem como a análise dos desafios e das potencialidades enfrentados por essas comunidades, podem fornecer subsídios importantes para ações que visem a promoção da equidade racial, o acesso à terra e a recursos, e o desenvolvimento rural sustentável na região.

Para fundamentar a investigação, a tese se apoia em um diálogo crítico com a literatura existente sobre os seguintes eixos temáticos: a construção social da raça no Brasil e na Amazônia (SALLES, 2015; MOURA, 1988); a história do campesinato brasileiro e amazônico, com ênfase nas experiências da população negra, as diferentes formas de organização camponesa e suas lógicas econômicas (CHAYANOV, 2014; COSTA, 2022; LINHARES; SILVA, 2009).

Apesar da crescente produção acadêmica sobre essas temáticas, observa-se uma relativa carência de estudos que articulem de forma aprofundada a dimensão racial com a análise da diversidade do campesinato na Amazônia paraense. Muitas vezes, a questão racial é tratada de forma tangencial nos estudos agrários, ou o campesinato negro é analisado de maneira homogênea, sem levar em consideração a pluralidade de suas formas de organização e suas trajetórias históricas específicas. A presente tese busca, portanto, contribuir para o avanço do conhecimento ao preencher essa lacuna, oferecendo uma análise que coloca a formação do negro e a diversidade do campesinato no centro da investigação.

Ademais, a pesquisa se vale dos conceitos da economia camponesa, com base nos estudos de Chayanov (2014) e nas contribuições de autores como Costa (2022), para compreender a lógica econômica específica das unidades de produção camponesa, marcada pela centralidade das necessidades de reprodução familiar e pela articulação com

o mercado de formas diversas. A noção de "formas históricas camponesas" (COSTA, 2022) é utilizada para analisar a diversidade das organizações camponesas na Amazônia, considerando suas trajetórias de formação, suas características produtivas e suas relações com o ambiente e com outras formas de organização social e econômica.

A questão central desta tese investiga a diversidade histórica e contemporânea do campesinato negro no contexto agrário amazônico paraense. Busca-se compreender como elementos raciais estruturais influenciaram a formação, organização e reprodução social e econômica desse grupo.

Para investigar a essa problemática, se propõe a alcançar os seguintes objetivos específicos:

- ✓ Analisar a construção histórica da raça negra no Brasil e na Amazônia, identificando os processos que moldaram a sua inserção no espaço agrário.
- ✓ Investigar as origens e a formação do campesinato negro na Amazônia paraense, buscando identificar as suas principais formas históricas de organização.
- ✓ Descrever a diversidade estrutural do campesinato na Amazônia brasileira, com foco nas diferentes formas históricas presentes no estado do Pará.
- ✓ Analisar a presença e a distribuição da população negra nas diferentes formas de campesinato no Pará, com base em dados censitários recentes.
- ✓ Evidenciar as relações entre raça, acesso à terra e condições de produção no campesinato amazônico paraense, buscando identificar a relevância estrutural do negro.

A presente investigação adota uma abordagem metodológica que combina a análise documental e bibliográfica com a análise de dados quantitativos secundários, provenientes de Censos Demográficos e Agropecuários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A revisão bibliográfica abrange obras clássicas e contemporâneas sobre a história da população negra no Brasil e na Amazônia, estudos sobre o campesinato, a sociologia das relações raciais e o desenvolvimento rural.

A análise dos dados censitários é realizada com o objetivo de identificar padrões de distribuição da população negra nas diferentes categorias de produtores rurais e nas diversas formas de organização camponesa no estado do Pará. Serão utilizados métodos estatísticos descritivos para caracterizar a presença da população negra em termos de número de estabelecimentos, área ocupada, uso da terra e outras variáveis relevantes. A análise comparativa entre diferentes grupos raciais e formas de campesinato permitirá identificar possíveis desigualdades e assimetrias na estrutura agrária.

Para facilitar a compreensão e a organização do conteúdo, a presente tese está estruturada em quatro capítulos, além desta introdução e das considerações finais:

✓ **Capítulo 1: A construção histórica e social da raça negra no Brasil e na Amazônia:** este capítulo dedica-se a analisar o processo de construção social da raça no contexto brasileiro, com ênfase nas particularidades da região amazônica, desde o período colonial até a contemporaneidade.

✓ **Capítulo 2: As origens e a formação do campesinato negro na Amazônia paraense:** este capítulo investiga as trajetórias históricas da população negra no agrário amazônico, buscando identificar as formas primárias de organização camponesa e as estratégias de reprodução social desenvolvidas ao longo do tempo.

✓ **Capítulo 3: A diversidade estrutural do campesinato na Amazônia brasileira:** este capítulo apresenta um panorama da diversidade das formas históricas camponesas presentes na Amazônia, com foco no estado do Pará, analisando suas características produtivas e suas relações com o desenvolvimento capitalista.

✓ **Capítulo 4: A presença e a distribuição da população negra no campesinato amazônico paraense: uma análise de dados censitários:** este capítulo realiza uma análise descritiva da presença da população negra nas diferentes formas de campesinato no Pará, com base em dados censitários, buscando evidenciar padrões de distribuição e possíveis desigualdades raciais na estrutura agrária.

Espera-se que a presente investigação de tese contribua para um entendimento mais aprofundado da complexa relação entre raça, campesinato e desenvolvimento no contexto amazônico paraense. Ao evidenciar a centralidade da população negra na formação e na dinâmica do agrário regional, a tese busca fornecer subsídios para a desconstrução de narrativas homogeneizantes e para a formulação de políticas públicas que reconheçam e valorizem a diversidade social e racial do campesinato amazônico, promovendo a justiça social e a sustentabilidade ambiental na região.

CAPÍTULO 1. A CONSTRUÇÃO DA RAÇA NEGRA NO BRASIL: UMA ANÁLISE HISTÓRICA E SOCIAL

A colonização europeia das sociedades originárias nas Américas e na África foi marcada pela imposição do cristianismo e a subjugação dos nativos, juntamente com a imposição da cultura europeia que resultaram na transformação desses povos em trabalhadores explorados, cuja força de trabalho impulsionou setores-chave do capitalismo mercantil europeu (WALLERSTEIN, 2021). Logo após a chegada dos europeus, as populações indígenas nas colônias americanas foram submetidas à escravidão, resultando em um genocídio devastador, marcado por violência, doenças e trabalho forçado. Diante da diminuição da população indígena e de acordos entre o Estado e a Igreja Católica, o sistema de exploração colonial passou a priorizar a mão de obra africana. Essa transição cumpriu dois papéis econômicos cruciais: substituir a mão de obra indígena nas Américas e fornecer uma mercadoria essencial para o mercado internacional de escravos, aumentando significativamente os lucros das coroas europeias durante o capitalismo mercantil.

Essa, porém, não foi a justificativa empregada pela maioria dos analistas históricos da economia colonial e de seu desenvolvimento. A mais comum era que o "índio" ("não sendo apto") cumpriria menos as tarefas da *plantation*, enquanto o negro africano seria o tipo ideal para empregar nesses tipos de empreendimento nas colônias. Esse tipo de argumentação é recorrente, pois, com o mesmo caráter, se explica a pouca efetividade do negro como trabalhador livre no final do Império. A tese racista empregada para o processo de modernização da economia brasileira foi importar trabalhadores brancos europeus para colonizar áreas do sul do Brasil e substituir a mão de obra "preguiçosa" negra ou, simplesmente, substituir esses por serem mais adaptados à condição de ser livre e assalariada (MOURA, 1988). Essa negação do valor da força de trabalho anterior e sua recolocação no sistema, sendo marginalizada ou precarizada, é estrutural ao sistema capitalista, e a operacionalização desse processo se dá por do que Wallerstein (2021) chama de etnicização.

A transição da exploração da força de trabalho nativos americanos, da escravidão ao trabalho formalmente livre, foi operacionalizada sistemicamente pela etnicização dessa mão de obra, forma de racismo que perpetuou a desigualdade.

Do ponto de vista operacional, o racismo adquiriu a forma do que se poderia chamar de "eticização" da força de trabalho – com isso quero dizer que

sempre existiu uma hierarquia de ocupações e remunerações com tendência a se correlacionar com alguns critérios conhecidos como sociais. Mas, enquanto o padrão de etnicização permanecia constante, os detalhes variavam de um lugar para outro e de uma época para outra, de acordo com a localização específica de alguns grupos genéticos e sociais e o período em que ela se dava; variavam também conforme as necessidades hierárquicas da economia naqueles períodos e lugares. (WALLERSTEIN, 2021, p. 51-52).

Muitas análises sobre o racismo alegam que sua continuidade é baseada em um passado (genético e/ou social), sendo essas relações reificadas no presente, definindo o que entendemos por raças e agrupamentos étnicos e religiosos (WALLERSTEIN, 2021). O processo de miscigenação, instituído formal e informalmente no Brasil ao longo de sua história, resultou em uma população mestiça que se estabeleceu como o maior contingente de pessoas neste país no século XXI. Categoricamente, os mestiços brasileiros foram classificados conforme suas derivações: **indígenas + brancos = mamelucos (na Amazônia, são os caboclos)**, **indígenas + negros = cafuzos** e **brancos + negros = mulatos**. A resultante dessas combinações e classificações étnicas na atualidade são as pessoas que se identificam como pardas. Os pardos compõem o sistema de classificação de raças brasileiro e, junto com as pessoas de cor preta, formam a raça negra brasileira. Eles sofrem uma certa maleabilidade interna, pois, como mestiços que são, podem ser ideologicamente associados a brancos, reproduzindo preconceitos e racismo contra pretos, ao mesmo tempo em que são vítimas do racismo estrutural, que os coloca subordinados e subalternizados aos da raça branca, que controlam os meios sociais de (re)produção. A seguir apresentaremos uma análise mais aprofundada sobre os pardos e sua composição com os pretos para formação da raça negra brasileira, e com isso, nosso intuito é compreender o processo que resultou nos negros na Amazônia.

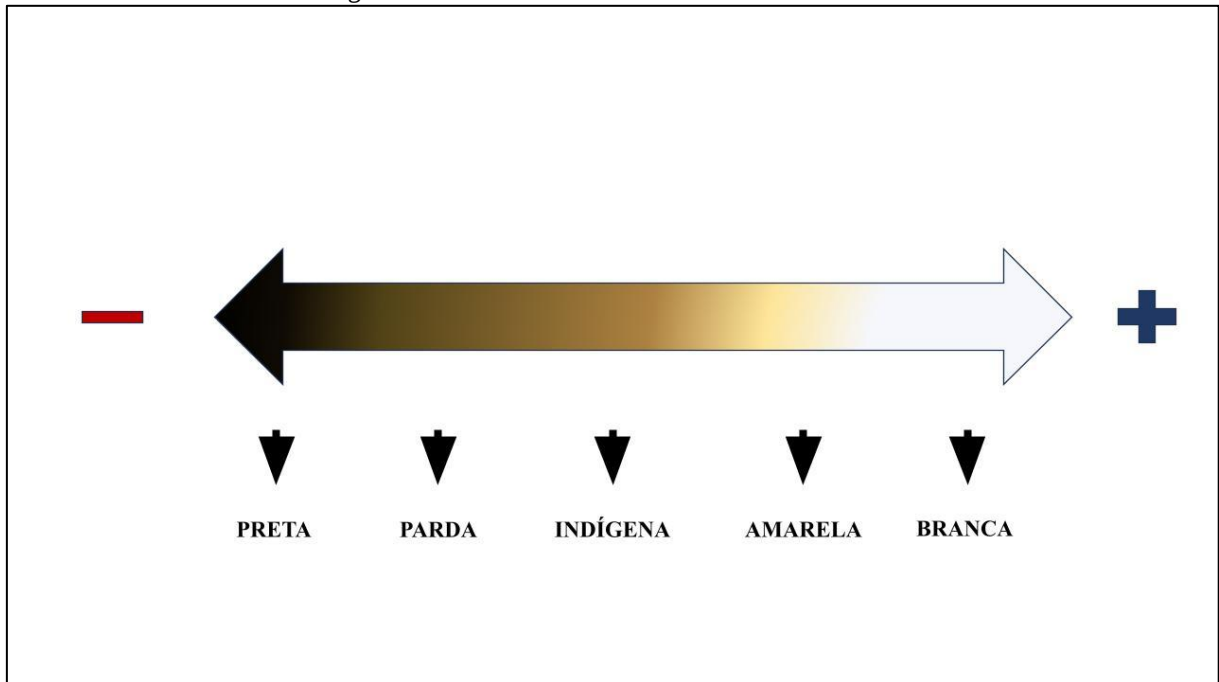
1.1. A raça negra que não é só preta: a questão do pardo

O racismo se estrutura concretamente pela desigualdade e exclusão de parcela significativa da população, tendo como critérios a "cor" da pele, a etnia de descendência ou a aparência do sujeito. Um ser ideal é imposto por um grupo de pessoas que se organiza como elite por deter o controle sobre os capitais econômicos e culturais; dessa maneira, estabelece um padrão onde o "bom", o "desejável", o ideal é ser branco. Já o seu oposto, o negro, deverá ser marginalizado e tratado com discriminação e violência (MOURA, 1988).

Essa forma social, radical e excludente, é a síntese da estruturação racial brasileira desde o período colonial. Se analisarmos pesquisas recentes de indicadores sociais e econômicos, veremos que os negros são as principais vítimas de violências, desemprego, analfabetismo etc. Não é coincidência: o racismo e seu processo de diferenciação social estão intrinsecamente associados ao processo de desenvolvimento capitalista, não apenas como uma contradição do sistema, mas, sobretudo, como uma funcionalidade ou, melhor, racionalidade operacional, como Wallerstein já havia enunciado. Entretanto, esse processo de diferenciação se mostra ainda mais complexo quando analisamos uma sociedade que classifica os sujeitos racialmente. No caso brasileiro, como veremos a seguir, a formação da raça negra é uma construção social que, ao mesmo tempo em que aproximou, também separou aqueles que a compõem, dependendo do nível de integração social do sujeito e sua respectiva cor.

Esse modelo cromático pode ser representado pela classificação racial utilizada atualmente pelos principais órgãos de pesquisa e pelo IBGE, onde as categorias raciais são organizadas em branca, preta, amarela, parda e indígena. A gradação e o pertencimento são importantes, pois as pesquisas censitárias são auto declaratórias; trata-se, portanto, de uma expressão de como o sujeito se identifica em relação à sua raça ou cor da pele, e é claro que existe um grau elevado de subjetividade nessas respostas. No entanto, a gradação racial desse modelo indica, em seus polos extremos, que quanto mais próximo do branco, mais positivo é o lugar social do indivíduo, que poderá ter acesso a mais recursos e melhores condições; enquanto no polo negativo fica o negro, com sua exclusão estrutural na sociedade brasileira (MOURA, 1988). Uma representação esquemática desse modelo pode ser vista na Figura 2 abaixo.

Figura 2: Modelo cromático racista brasileiro.



Fonte: Elaborado pelo autor e adaptado a partir de Clóvis Moura (1988).

A miscigenação, enquanto fenômeno, foi utilizada como justificativa e explicação da composição racial brasileira (MOURA, 1988). De fato, somos um país de pessoas de diversas origens e etnias; a própria antropologia contemporânea já evidenciou que processos de miscigenação são comuns e pertinentes a todos os continentes, incluindo a Europa. Dessa maneira, ideias de raças ou etnias "puras" são falaciosas; em verdade, são apenas narrativas racistas que justificam regimes fascistas e outras formas de violência sobre as populações classificadas como raças inferiores. Contudo, a exaltação da miscigenação como evidência de nossa igualitária e democrática sociedade é, no mínimo, fantasiosa. O processo de miscigenação, inclusive, pode resultar em diferenciação, hierarquização e inferiorização social das pessoas que não se enquadram no modelo ideal branco, sendo colocadas à margem da sociedade brasileira (MOURA, 1988).

Esse processo de diferenciação interna é mais evidente na raça negra, em seu polo mais vulnerável, os pretos, enquanto os pardos (mestiços) são tensionadores que, dependendo do contexto conjuntural, podem reforçar a luta dos negros por direitos e conquistas, como também podem reforçar estruturas racistas que buscam perpetuar a desigualdade, a pobreza e a marginalização dos negros brasileiros. Citando estudos importantes da questão racial brasileira, Verônica Daflon (2014) indica evidências de que os pardos se sentem menos discriminados em comparação com os pretos no Brasil e que

alguns, inclusive, não se enxergam como merecedores de políticas afirmativas em relação aos negros, implementadas nas últimas duas décadas.

Em um estudo da década de 1970, Hasenbalg e Silva constataram que os pardos apresentavam índices socioeconômicos semelhantes aos dos pretos e bastante distantes dos brancos. Outro ponto importante foi que, para os pesquisadores, as chances de ascensão social dos pretos e pardos são significativamente inferiores às dos brancos (DAFLON, 2014). Dessa forma, a condição de desigualdade une e justifica a agregação de pretos e pardos sob a categoria de raça negra, pois ambos sofrem dos mesmos males na sociedade brasileira.

Para Kabengele Munanga, pretos e pardos devem ser agrupados como negros não apenas pelas questões socioeconômicas, mas, sobretudo, pelas razões identitárias e políticas. O modelo ideal branco foi institucionalizado ao longo de séculos, e a miscigenação resultante introduziu, em boa parte da população de cor parda, o desejo de pertencer aos valores brancos, mesmo naqueles em que seu fenótipo se apresenta mais próximo do preto ou do indígena.

Para Munanga a especificidade dos pardos está em uma parca solidariedade com os pretos e um desejo de branqueamento em uma sociedade em que a percepção de cor é “gestáltica”. A diferenciação entre pretos e pardos seria, assim, expressão de uma alienação da identidade negra a ser combatida (DAFLON, 2014, p. 56).

Essa alienação do ser negro é uma institucionalidade que o racismo estrutura na sociedade brasileira. Veremos que a própria classificação racial dos negros ao longo da história dos censos demográficos brasileiros demonstra o quanto essa identidade sofreu para se estabelecer e protagonizar lutas por direitos.

Apesar de ser usado repetidamente nas pesquisas estatísticas, “pardo” não se converteu em uma categoria nativa hegemônica. A predileção pelo termo “moreno” entre os brasileiros – categoria que pode ser provisoriamente entendida como descritiva de uma cor “mais escura do branco, mas não preta” – ainda permanece (Datafolha, 2008). Contudo, “pardo” e “moreno” compartilham em alguma medida a função de representar uma identidade de cor intermediária e mestiça, ainda que o primeiro termo acomode mais possibilidades (DAFLON, 2014, p. 81).

Devemos ressaltar que os aspectos classificatórios são imposições sociais arbitrárias, estabelecidas por instituições que buscam normatizar padrões fenotípicos. Sua relação com processos discriminatórios é notável. Como aponta Almeida (2019), as *raças* são construções sociais e históricas, mutáveis ao longo do tempo e determinadas por interesses conjunturais do poder dominante ou por estruturas de longo prazo, como a escravidão no Brasil.

Analisando a história das pesquisas raciais nos censos do Brasil, o primeiro foi publicado em 1872 e o mais recente, em 2022. O censo agropecuário, responsável por divulgar informações sobre parte da estrutura econômica que compõe a riqueza do Brasil, só incluiu a categoria "cor ou raça" em sua última edição, de 2017¹. No quadro 1, apresentamos todos os censos demográficos realizados no Brasil e as categorias raciais, com suas alterações ao longo do tempo. Notamos que todas as alterações e a variabilidade em seus significados se referem a pretos, pardos (mestiços) e indígenas.

Quadro 1: Categorias classificatórias e identitárias ao longo da história dos censos demográficos brasileiros.

Ano	cor ou raça	obs.
1872	Branca, Parda, Preta, Cabocla (raça indígena)	A população se dividia em pessoas livres e escravas, porém a maioria dos pretos(as) e pardas(as) seriam recenseados como escravos.
1890	Branca, Preta, cabocla, mestiça	A inclusão da categoria "mestiça" visou captar as pessoas de ascendência ou origem das uniões entre pretos e brancos, e a categoria "cabocla" as pessoas de ascendência originárias de brancos com indígenas. Essas duas categorias seriam agrupadas na categoria "parda" no censo seguinte de 1940.
1940	Preta, Branca, amarela, parda	-
1950	Branca, Preta, amarela, parda	Neste censo houve a instrução para os recenseadores não utilizassem a categoria "morena" nas respostas.
1960	Branca, Preta, Amarela, Índia	No caso da raça "índia" foi empregado o critério de registrar apenas as pessoas que viviam em aldeamentos ou postos indígenas, os demais que se declararam índios deveriam ser classificados como pardos.
1980	Branca, Preta, amarela, parda	-
1991	Branca, Preta, amarela, parda, indígena	-
2000	Branca, Preta, amarela, parda, indígena	-
2010	Branca, Preta, amarela, parda, indígena	Sendo que indígena é referente aqui a etnia e a língua falada.
2022	Branca, Preta, amarela, parda, indígena	Sendo que indígena é referente aqui a etnia e a língua falada.

Fonte: Publicação do Censo demográfico (2022) e elaborado pelo autor.

Percebemos que a categoria "parda" já estava incluída desde o primeiro censo, de 1872, mas foi substituída, no censo seguinte, de 1890, por "mestiça". Essa alteração visava registrar aqueles que eram descendentes ou fruto da união de pretos e brancos. Tal alteração também impactou a categoria "cabocla", que, no censo de 1872, registrava apenas as pessoas da raça indígena e, com a mudança do método no censo seguinte,

¹ Os censos agropecuários foram realizados em 1920, 1940, 1950, 1960, 1970, 1975, 1980, 1985, 1995, 2006 e 2017. Para consulta, acesse: <https://biblioteca.ibge.gov.br/>.

passou a registrar os descendentes e os originários das uniões de indígenas e brancos. A partir do censo de 1991, estabeleceu-se o padrão que até os dias atuais é utilizado: *branca, preta, amarela, parda e indígena*. As pesquisas passaram a denominar esse item como "cor ou raça", pois passou a incluir a população que se define como indígena. Mas, para além desse ponto, a mudança do padrão buscou compreender que a classificação categorial, que os censos organizavam a partir das perguntas sobre a cor ou raça das pessoas, deveria ir além da simples constatação da cor da pele e dos fenótipos, envolvendo critérios mais complexos para as respostas dos informantes.

Ressalta-se, assim, que o quesito é denominado "cor ou raça", porém não retrata apenas a "cor" ou apenas a "raça" da população, pois, além de existirem vários critérios que podem ser usados pelo informante para a classificação (origem familiar, cor da pele, traços físicos, etnia, entre outros), as cinco categorias estabelecidas na investigação (branca, preta, amarela, parda e indígena) podem ser entendidas pelo informante de forma variável. Vale lembrar ainda que o IBGE utiliza o conceito de "raça" como uma categoria socialmente construída na interação social e não como um conceito biológico (BRASIL, 2023, p. 6).

Esse é o ponto elementar que queremos capturar nas informações de raça e cor do censo: raça é uma categoria socialmente construída e relativa, dependendo da conjuntura social da qual ela é consequência. Não é coincidência que as categorias vinculadas a negros e indígenas tenham sofrido ajustamentos ao longo dos censos brasileiros. Dependendo da conjuntura social e política, poderiam ser reforçados elementos metodológicos para capturar a presença mais significativa de miscigenados e indígenas ou, ao contrário, dissolver a presença de um grupo racial para atender a uma política de *branqueamento* da população, como aconteceu na virada do século XIX para o XX no Brasil (MOURA, 1988).

Dessa forma, o pardo (moreno, mulato, mestiço) é de fundamental importância em nossa investigação da organização econômica e social do campesinato negro na Amazônia brasileira, pois, como parte da raça negra, essa população é essencial para a compreensão de possíveis desigualdades e discriminações no agrário amazônico. A raça negra brasileira, como aponta Moura (1988), ao longo de sua história, pouco conseguiu se articular em torno de uma identidade étnica capaz de enfrentar a ideologia branca. A herança da escravidão não está apenas nas mazelas e marginalizações que a população negra sofreu e sofre no Brasil, mas também, ou principalmente, nas classes dominantes desse país, as "elites".

O mulato é diferente do negro por ser mais claro e passa a se considerar superior, assimilando a ideologia étnica do dominador, e servir de anteparo

contra essa tomada de consciência geral do segmento explorado/ discriminado (MOURA, 1988, p. 70).

O mulato ou pardo em questão nada mais é do que um resultado do racismo estrutural ao qual o desenvolvimento social e econômico capitalista submeteu o Brasil. Sua compreensão e análise, em conjunto com os pretos, permitirão perceber o nível de desigualdade em que a raça negra se encontra no agrário amazônico. No próximo capítulo trataremos da organização histórica do campesinato negro no agrário brasileiro e amazônico.

A categoria racial *parda* é um reflexo do racismo estrutural que permeia o desenvolvimento social e econômico capitalista no Brasil. A análise dessa categoria, em conjunto com a experiência dos *pretos*, revela as profundas desigualdades enfrentadas pela população negra no agrário amazônico. No próximo capítulo, exploraremos a organização histórica do campesinato negro no Brasil e na Amazônia, examinando como as estruturas que moldaram suas experiências.

CAPÍTULO 2. RAÍZES NEGRAS DO CAMPESINATO NA AMAZÔNIA

Os negros, marcados pela violência e trazidos ao território brasileiro como escravos, enfrentaram a marginalização após o fim do regime escravista. Diante da necessidade de sobrevivência, buscaram alternativas nas cidades, como trabalhadores urbanos precarizados, ou no campo, como camponeses. A resiliência e a capacidade de adaptação, características dos camponeses em diversas partes do mundo, foram adotadas como estratégia de reprodução por escravos fugitivos, que se organizaram em quilombos no Brasil, especialmente na Amazônia. Além disso, negros libertos, após a abolição da escravidão, também se organizaram, possivelmente como camponeses migrantes, encontrando nas frentes migratórias para a Amazônia uma alternativa de sobrevivência e de manutenção da unidade familiar. Este capítulo tem como objetivo realizar uma análise histórica, a partir da literatura, sobre a organização de estruturas agrárias negras, buscando estabelecer um referencial sobre o campesinato negro amazônico como centro da investigação desta tese. Para tanto, acionaremos as formas históricas camponesas, visando compreender o processo histórico de formação social das estruturas agrárias negras na Amazônia.

2.1. Raça, Escravidão e Trabalho: Uma Perspectiva Histórica

A raça é formalmente definida, segundo vários dicionários da língua portuguesa, como uma divisão entre indivíduos cujas características físicas e biológicas são constantes e hereditárias. No entanto, os estudos da genética humana e da antropologia contemporânea já colocaram essa definição em uma condição de ser rejeitada ou, no mínimo, questionada. Para o nosso objetivo de analisar a formação do negro no agrário amazônico, necessitamos de um conceito de raça que dê ênfase aos processos históricos e sociais que expliquem a condição de dominação e exploração de um grupo social racialmente definido em relação a outros. A noção de democracia racial, defendida por Gilberto Freyre em suas obras relativas à formação da sociedade brasileira, é fundamentada em uma visão positiva da existência de três matrizes raciais basais da população brasileira: o europeu, o indígena e o africano. O resultado seria que os descendentes desse processo histórico constituíssem uma sociedade miscigenada, cuja força dessa nação emergente estaria nesse tipo brasileiro, daí a noção de democracia racial (SOUZA, 2005).

A noção de democracia racial nos parece pouco válida, visto que o processo de miscigenação não foi um convívio harmonioso entre diferentes. Muito pelo contrário, os quatro séculos de escravidão e os 137 anos desde a abolição não resultaram em um processo de inclusão dos descendentes e herdeiros das mazelas que o sistema colonial lusitano instituiu no país. Para Otávio Ianni, raça está associada às diferenças raciais que foram socialmente elaboradas e reelaboradas, uma construção que combina características físicas, fenotípicas, psicológicas e culturais que diferenciam brancos de negros. Assim, ser negro ou branco é uma construção socialmente imposta que serve para justificar a dominação e exploração do trabalho escravo, tornando possível utilizar a força de trabalho escrava como fundamento social (IANNI, 1978).

A colonização do Brasil pelos portugueses submeteu as sociedades originárias do território e, posteriormente, milhões de pessoas oriundas do continente africano à condição de escravidão. A exploração desumana da força de trabalho destas foi a base da acumulação originária, nos termos que Marx indicou como a gênese de um modo de produção capitalista. Entretanto, o desenvolvimento do modo de produção é condicionado pelas particularidades das formações sociais específicas que, fundadas sobre a base concreta de reprodução social, assumem especificidades que, ao mesmo tempo, compõem um sistema mundial integrado da economia capitalista. Dessa maneira, no caso brasileiro, o sistema colonial foi responsável pela transformação dos diversos povos originários e dos milhões de africanos em trabalhadores superexplorados como escravos, cuja força de trabalho impulsionou o capitalismo mercantil europeu (BALIBAR e WALLERSTEIN, 2021). A transição da exploração dessa força de trabalho, inicialmente escravizada e posteriormente "cristã e livre", é operacionalizada sistemicamente pelo racismo, que diferenciou etnicamente essa mão de obra.

Como processo histórico e racialmente instituído, para nossa investigação, faremos uso da proposição analítica de como o racismo adquiriu uma forma em que o processo de etnicização sustentou a exploração da força de trabalho de indígenas e africanos.

Do ponto de vista operacional, o racismo adquiriu a forma do que se poderia chamar de “eticização” da força de trabalho – com isso quero dizer que sempre existiu uma hierarquia de ocupações e remunerações com tendência a se correlacionar com alguns critérios conhecidos como sociais. Mas, enquanto o padrão de etnicização permanecia constante, os detalhes variavam de um lugar para outro e de uma época para outra, de acordo com a localização específica de alguns grupos genéticos e sociais e o período em que ela se dava; variavam também conforme as necessidades hierárquicas da economia naqueles períodos e lugares. (BALIBAR e WALLERSTEIN, 2021, p. 80).

Em um primeiro momento, as populações originárias (indígenas) nas colônias do continente americano foram exploradas como escravizadas. Isso resultou em um grande genocídio dessas pessoas, mas, com a diminuição da população e o acordo entre o Estado e a Igreja Católica, essa estratégia reprodutiva do sistema colonial foi sendo alterada. Diante da escassez resultante do genocídio, combinada com a expansão colonial sobre o continente africano, a força de trabalho escrava passou a ser africana, cumprindo dois papéis econômicos importantes para a expansão do sistema. Ela iria substituir a "escassa" mão de obra nativa nas Américas e, ao mesmo tempo, seria uma commodity essencial para o mercado internacional de escravos. Essa mercadoria, no sistema econômico, englobava essas duas funções, resultando em uma valorização importante dos capitais empregados pelas coroas europeias em seu período mercantil capitalista.

Essa, porém, não foi a justificativa empregada pela maioria dos analistas históricos da economia colonial e de seu desenvolvimento. A mais comum era que o "índio" ("não sendo apto") cumpriria menos as tarefas da *plantation*, enquanto o negro africano seria o tipo ideal para empregar nesses tipos de empreendimento nas colônias. Claramente, trata-se de uma visão e justificativa racista e simplista. Esse tipo de argumentação é recorrente, pois, com o mesmo caráter, se explica a pouca efetividade do negro como trabalhador livre no final do Império. A tese racista empregada para o processo de modernização da economia brasileira foi importar trabalhadores brancos europeus para colonizar áreas do sul do Brasil e substituir a mão de obra "preguiçosa" negra ou, simplesmente, substituir esses por serem mais adaptados à condição de ser livre e assalariada (MOURA, 1988). Essa negação do valor da força de trabalho anterior e sua recolocação no sistema, sendo marginalizada ou precarizada, é estrutural ao sistema capitalista, e a operacionalização desse processo se dá por meio do racismo.

Muitas análises sobre o racismo alegam que sua continuidade é baseada em um passado (genético e/ou social), sendo essas relações reificadas no presente, definindo o que entendemos por raças e agrupamentos étnicos e religiosos (WALLERSTEIN, 2021). O processo de miscigenação, instituído formal e informalmente no Brasil ao longo de sua história, resultou em uma população mestiça que se estabeleceu como o maior contingente de pessoas neste país no século XXI. A raça negra brasileira é depositária da herança de lutas e estratégias de reprodução social. No sistema colonial implementado pela metrópole lusitana, o modelo econômico da *plantation* foi empregado, principalmente no Nordeste brasileiro. A cana-de-açúcar foi a principal cultura agrícola nos séculos XVI e XVII, e a força de trabalho escrava africana foi dinamizada por essa produção.

Consolidada a implementação do negro africano e o uso intensivo de sua força de trabalho, sua reprodução social e econômica se estabeleceu de maneiras diversas. Para nós, a mais interessante em termos analíticos é a chamada brecha camponesa e suas duas principais modalidades.

2.2. A brecha camponesa no sistema colonial brasileiro

Define-se a expressão **brecha camponesa**, como a existência de atividades produtivas voltadas à subsistência da população negra no agrário colonial, sendo uma espécie de subsistema dentro do sistema econômico da *plantation* na economia colonial das Américas. A brecha camponesa, para Cardoso (2009), divide-se em duas modalidades principais: (1) a formação de economias de subsistência em quilombos; (2) pequenos lotes de terra ou o uso das vielas entre as plantações de monoculturas dos senhores de escravos, que, em regime de usufruto, permitiam que escravos agrários realizassem atividades para sua subsistência em um ou mais dias da semana, conformando o que se definiu como um “mosaico camponês-escravo” (Cardoso, 2009).

Utilizando uma tipologia aplicada por Sidney Mintz em seus estudos sobre as Antilhas, Cardoso apresentou outras formas possíveis de organização camponesa dentro do sistema escravista nas Américas durante o período colonial. São elas: camponeses não proprietários, camponeses proprietários, atividades camponesas dos quilombolas e o protocampesinato escravo. No caso brasileiro, as duas últimas formas são as mais prevalentes, sendo que Ciro Flamarion Cardoso analisou a última de maneira mais precisa.

E o que seria um protocampesinato escravo? Nas palavras do próprio autor, citando Mintz: “Trata-se das atividades agrícolas realizadas por escravos nas parcelas e no tempo para trabalhá-las, concedidos para esse fim no interior das fazendas” (Cardoso, 2009, p. 100). Um primeiro desafio dessa categoria é compreender se seria possível ser, ao mesmo tempo, escravo e camponês. Utilizando a noção de autonomia estrutural de Archetti, Fossum e Reinton, Cardoso (2009) aponta três dimensões dessa estrutura: (1) segurança de acesso à terra, (2) grau de relação com o mercado e (3) grau de gestão sobre a terra e a distribuição dos recursos disponíveis. Na opinião do autor, os escravos negros que se enquadravam como protocamponeses apresentavam considerável autonomia e estabilidade, atingindo, assim, as três dimensões necessárias para caracterizar a autonomia estrutural de uma economia camponesa.

Um ponto central da tese de Cardoso é a funcionalidade do protocampesinato para o sistema econômico escravista colonial. Há exemplos de documentação sobre lutas e revoltas de escravos que evidenciam que os negros escravizados detinham conhecimento e já se organizavam em estruturas camponesas, chegando, em alguns casos, a exigir o respeito aos dias de trabalho em suas próprias lavouras e o acesso a recursos (Cardoso, 2009).

Contudo, uma hipótese levantada por Cardoso é que a instituição dessa forma camponesa atendia à estratégia de barateamento da manutenção da força de trabalho escrava. Ao adotar esse mecanismo, o senhor de escravos poderia delegar ao próprio escravo a produção de sua alimentação, garantindo sua subsistência. Para o escravo, aceitar essa condição também poderia ser vantajoso, pois lhe permitia formar família, ter acesso a uma parcela de terra, produzir sua subsistência e gerar excedentes, os quais, direta ou clandestinamente, eram mercantilizados nos mercados locais. Esse excedente, em muitos casos, possibilitou até a compra de sua liberdade ou a de membros de sua família (Cardoso, 2009).

Pois bem, apresentada a funcionalidade da brecha camponesa na forma do protocampesinato, indicamos algumas conclusões apresentadas por Cardoso:

- ✓ Na maior parte dos casos, as atividades autônomas dos escravos não garantiam a totalidade da subsistência;
- ✓ Nas regiões onde a economia da *plantation* era mais desenvolvida, o modelo escravo-camponês teve pouco êxito devido à necessidade de maximizar a produção para exportação;
- ✓ Nem todos os escravos consideravam a forma protocamponesa benéfica para si. Além disso, escravos domésticos e industriais não foram inseridos nessa lógica reprodutiva.

Mesmo no campo, muitos escravos viam como mais vantajoso utilizar os dias e horas disponíveis para repouso do trabalho exaustivo a que eram submetidos, em vez de trabalharem para sua própria subsistência.

Conclusivamente, Cardoso aponta que a validade da brecha camponesa é de suma importância para ampliar o entendimento do sistema econômico escravista no período colonial, ao colocar no centro dos processos econômicos uma estrutura camponesa negra capaz de se apresentar como alternativa ao modelo consagrado na historiografia econômica, no qual o escravo era visto apenas como mercadoria e meio de produção.

De fato, a proposta analítica da brecha camponesa e de suas duas principais modalidades, no caso da Amazônia, o escravo africano foi implementado de forma mais significativa durante o período das reformas pombalinas, que instituiu a substituição da exploração dos indígenas enquanto força de trabalho escrava pelo africano. Essa mudança estrutural foi gradativa e, no caso da colônia Amazônica, encontrou dificuldades devido à pouca eficiência das experiências da *plantation* nesse território e à baixa capacidade de capital para ser empregado na aquisição do escravo africano pelos colonos portugueses e os produtores paraenses (COSTA, 2012a).

Mesmo não sendo implementados na mesma escala que nas regiões açucareiras do Nordeste e na produção de algodão do Maranhão, os negros foram incorporados na Amazônia durante os séculos XVII e XVIII, de maneira compulsória em um primeiro momento e, posteriormente, nas estratégias reprodutivas da brecha camponesa. Assim, das duas modalidades que Cardoso apontou em suas análises, relacionamos que, na Amazônia, a modalidade quilombola foi a mais significativa para a organização de núcleos camponeses. Contudo, também podemos perceber, pelos relatos históricos documentados nas narrativas de padres jesuítas, que ocorria em diversos estabelecimentos coloniais a prática do protocampesinato, a reprodução camponesa do escravo dentro do sistema colonial amazônico.

A diversidade estrutural inerente ao campesinato brasileiro é um importante direcionamento para compreendermos a organização de negros, escravos ou fugitivos, mestiços (caboclos) e brancos pobres enquanto campesinato. Assim, vamos avançar na compreensão dessa diversidade camponesa no agrário brasileiro durante o período colonial.

2.3. A gênese de formas camponesa no agrário brasileiro

Para Linhares e Silva (2009), o Estado colonial português nunca patrocinou diretamente a formação de um campesinato amplo nas colônias. Entretanto, também é verdade que não existiu qualquer mecanismo de vigilância ou repressão à ocupação de terras virgens. Nada poderia impedir que homens livres pobres e escravos negros fugidos, aos poucos, ocupassem os sertões da colônia e estabelecessem pequenas roças e criações de gado (Linhares; Silva, 2009).

Como apresentado anteriormente por Cardoso (2009), mesmo em regiões onde a economia da *plantation* se instituiu, surgiu a chamada *brecha camponesa* no sistema

escravista. Essa modalidade foi fundamental para o estabelecimento de economias camponesas negras, de modo que os escravos, conscientemente, lutavam por essa autonomia.

As revoltas de escravos estão ligadas a exigências de melhores condições de trabalho e de vida, entre as quais o direito de produzir para sua própria subsistência e do de dispor do produto de seu trabalho. Nesse ponto, parece-nos muito sugestiva a indicação de Antônio Barros de Castro sobre a “brecha camponesa” no sistema escravista, mais como uma conquista do escravo do que propriamente uma decorrência da *lógica* econômica do sistema (barateamento dos custos de reprodução da força de trabalho (LINHARES; SILVA, 2009, p. 128-129).

Nesse sentido, no contexto da brecha camponesa, fica claro que, do ponto de vista defendido por Linhares e Silva, a alternativa de organização de um protocampesinato e a formação de quilombos por fugitivos estavam alinhadas à luta pela emancipação e liberdade dos escravos negros no Brasil durante o período colonial.

Concretamente, a existência e a eficiência da brecha camponesa foram comprovadas por documentos relativos à obra do padre João Daniel, jesuíta que atuou na Amazônia. Ele apontou para a inexistência de mercados que garantissem a subsistência da população e a produção de alimentos suficientes para prover os escravos. Dessa forma, estes poderiam, aos domingos e dias santos, cuidar de roçados cedidos para garantir essa produção necessária (Linhares; Silva, 2009).

A chamada “brecha camponesa”, como constatamos no caso do Pará no século XVIII, constitui-se numa das formas que assumiu, no período colonial, a necessidade de produzir alimentos e escapar do alto custo e da precariedade do abastecimento metropolitano (LINHARES; SILVA, 2009, p. 130).

No entanto, a brecha camponesa não foi a única forma de organização camponesa no período colonial. Nas margens do latifúndio, existia um segmento de produtores estreitamente vinculados a essas estruturas. Esses produtores tinham a função de prover as necessidades e garantir o fornecimento de meios de produção acessórios, como força de trabalho, alimentos — como mandioca e legumes — e, possivelmente, uma pequena pecuária.

Outro segmento importante da produção camponesa no período colonial foi o dos pequenos produtores, em sua maioria posseiros, que formavam o que Linhares e Silva (2009) definiram como uma ampla franja demográfica no agreste e no sertão do Nordeste brasileiro. Para esses produtores, a produção de alimentos era a atividade principal, juntamente com o cultivo do algodão e a criação de animais de pequeno porte, como porcos, galinhas e cabras.

Essa franja atendia a região estratégica açucareira do litoral, estabelecendo vínculos por meio de feiras em centros populacionais mais numerosos e pelo avanço da fronteira agrária rumo ao sertão, onde eram criadas fazendas para a pecuária (Linhares; Silva, 2009).

Assim, de forma conclusiva, Linhares e Silva indicam pelo menos três formas camponesas que se instituíram para abastecer o mercado interno na colônia: (1) a brecha camponesa, por meio do protocampesinato; (2) os lavradores diretamente subordinados aos senhores de engenho; e (3) os pequenos produtores do Sertão e do Agreste nordestino, especialmente por meio da pecuária. A maior contribuição dessa análise sobre a gênese camponesa brasileira é evidenciar que, em grande parte dos territórios onde a colônia se desenvolveu, os negros tiveram um papel importante na formação de um verdadeiro mosaico camponês no interior do sistema colonial. Na sequência, iremos analisar a organização de estruturas camponesas negras no agrário amazônico durante o período colonial e no século XIX.

2.4. Resistência e resiliência negra: os mocambos e quilombos

Dando continuidade à abordagem histórica da formação de comunidades negras rurais, com foco na Amazônia brasileira, utilizamos a obra *Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil*, de Flávio dos Santos Gomes. Para Gomes (2015), tanto as comunidades negras rurais quanto os quilombos e seus remanescentes são a continuidade de um longo processo histórico que remonta ao período da escravidão e do pós-abolição. Essas comunidades foram capazes de se organizar e construir histórias complexas de ocupação agrária, criação de territórios e cultura, tudo isso fundamentado no parentesco e no uso e manejo coletivo da terra (GOMES, 2015).

Apesar de a historiografia ainda estar em desenvolvimento em relação aos estudos sobre a organização dos quilombos durante o período colonial e pós-colonial, existem documentação e metodologias de investigação que permitem o levantamento e a compreensão dessas estruturas sociais. Um bom exemplo, citado por Flávio Gomes é o estudo etnográfico produzido na região amazônica do rio Trombetas de Rosa Acevedo Marin e Edna Castro. Nele, as autoras constroem um relatório antropológico importante para a compreensão e relevância das complexas relações sociais que remanescentes quilombolas estabeleceram ao longo de dois séculos nessas comunidades. De tal maneira que lá está documentado que, no Grão-Pará, os quilombolas capturados declaravam, em

suas defesas, que não eram escravos, pois nunca haviam tido senhor: “Eu nasci nas matas, nunca tive senhor” (Gomes, 2015, p. 19).

Os quilombos, como afirma Gomes (2015), nunca foram isolados de fato. Sua capacidade de reorganização quando destruídos e sua proliferação em várias áreas do Brasil demonstraram que seu êxito se devia à sua capacidade de articulação com as lógicas econômicas das regiões em que se estabeleciam.

[...]Mantinhm trocas econômicas com variados setores da população colonial, incluindo taberneiros, lavradores, faiscadores, garimpeiros, pescadores, roceiros, camponeses, mascates e quitandeiras, tanto escravos quanto livres (GOMES, 2015, p. 20).

Em termos produtivos, a principal cultura era a mandioca, utilizada especialmente para a produção de farinha, embora também produzissem outros derivados. No entanto, a agricultura não era a única forma de economia das comunidades rurais negras e quilombolas. Na região da Amazônia, muitos trabalhavam de maneira sazonal para fazendeiros e para si próprios como coletores extrativistas. Esse ponto reforça que os camponeses negros e de outras etnias se organizavam por meio de uma combinação de atividades para sua reprodução. A própria condição de escassez de alimentos em várias partes do Brasil colonial e na Amazônia reforçava a necessidade de um setor camponês produtor de alimentos que abastecesse essas comunidades. Não faltam exemplos de que as comunidades negras rurais e os quilombos eram importantes produtores e fornecedores desse insumo vital para a economia da colônia.

No Grão-Pará, em Barcelos, em 1759, descobriu-se num mocambo roças com muitos alqueires de farinha. De Ourém foram remetidos 35 paneiros de farinha retirados das “roças dos amocambados”, enquanto em Outeiro fugitivos já “tinham roçado a um tijupar feito” para poderem se abastecer, e diversos moradores das povoações mantinham contatos lhes dando proteção. Em Nogueira, ao ser surpreendidos num igarapé, alguns fugitivos presos revelaram que “não tiveram tempo de se prontificar de farinha e que estavam esperando o socorro dos parentes”. Em frente à vila de Monte Alegre existiam alguns mocambos nos quais se achavam roças que davam “para cima de trezentos alqueires de farinha” (GOMES, 2015, p. 26).

A citação acima reforça que essas estruturas sociais, organizadas a partir da luta pela emancipação do povo negro escravizado, estabeleceram capacidades sociais e produtivas capazes de se articularem com a economia colonial. Essa base econômica estava fundamentada na produção e comercialização dos excedentes. Essa economia, quase invisível, apresentava conexões com vários setores, inclusive se associando às práticas do protocampesinato escravo, com suas roças de subsistência. Além da farinha, cultivavam arroz, feijão e legumes, que chegavam a diversos mercados locais e vilas

afastadas e com baixa densidade populacional (GOMES, 2015). No caso da Amazônia, essas economias possivelmente eram conectadas pela figura do regatão, que transacionava diversas mercadorias pelos rios, conectando pequenos produtores com os centros populacionais e comerciais.

Além das conexões entre os quilombos e as comunidades locais, Gomes (2015) aponta que existiram diversos intercâmbios entre quilombolas da Amazônia brasileira com quilombolas da Guiana Francesa e da Holandesa (atual Suriname). Indígenas também participavam dessa relação com negros desses territórios estrangeiros, realizando trocas mercantis e comercializando entre si castanhas, cumaru e óleo de copaíba.

Desde o século XVIII houve contatos de quilombolas do Brasil e os “negros da mata” do Suriname. Na área do Baixo Amazonas (Santarém, Óbidos, Monte Alegre, Trombetas e Alenquer), mocambos e fugitivos produziram - entre rios, e muitas cachoeiras e escarpadas florestas - itinerários, rotas e cooperação para cenários transnacionais, redefinindo territórios e fronteiras étnicas. Alguns apareceram na documentação já no final do século XVIII. Em 1805 havia referência a “um formidável mocambo de negros do rio Curuá” e que “se presumia existir no rio Trombetas um quilombo de gente vermelha e negra” (GOMES, 2015, p. 69).

Dessa maneira, parece-nos bastante significativo que, historicamente, na Amazônia brasileira e, em especial, no Pará, as estruturas negras organizadas como quilombos apresentavam uma complexidade relativa à sua forma de reprodução social. Faz-se necessário analisar concretamente o caso das comunidades negras instituídas ao longo do rio Trombetas, na região noroeste, próximo à divisa com o Amazonas, Roraima, Amapá, Suriname e Guiana Francesa.

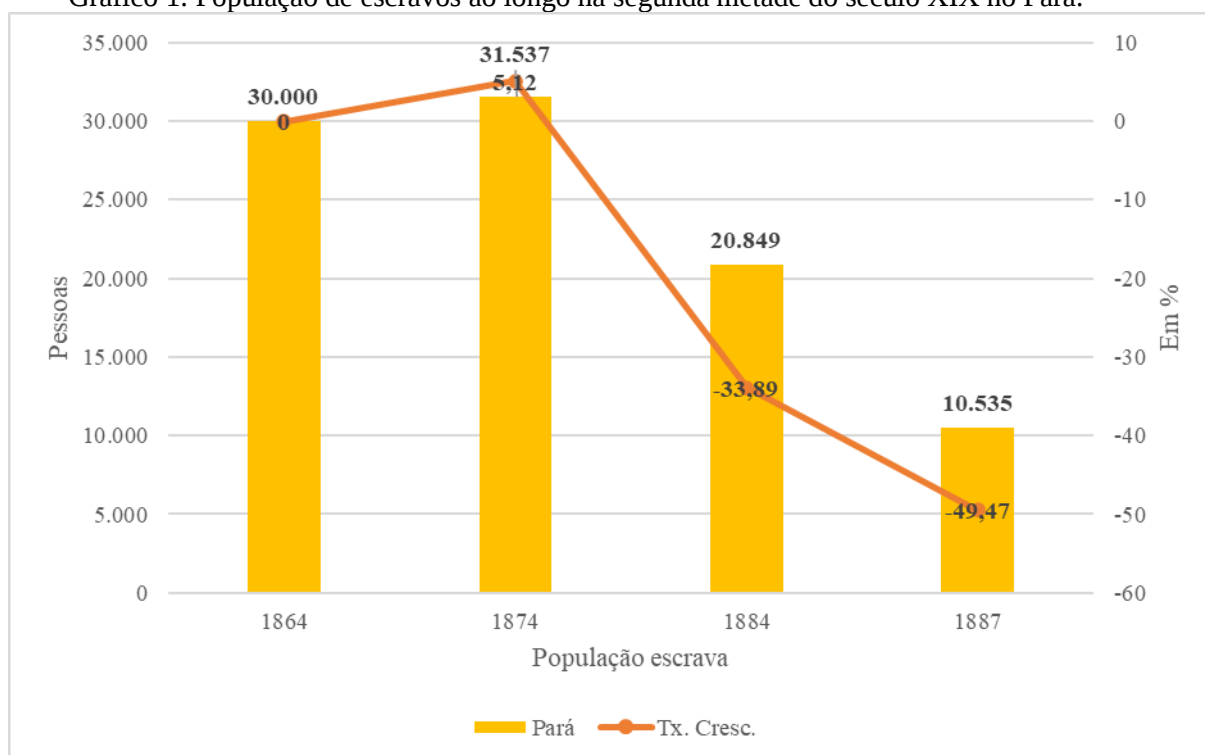
2.4. Os negros do Trombetas no Pará e sua longa trajetória histórica

Os 'Negros do Trombetas', título de obra de referência, referem-se a um grupo étnico que se identifica como remanescente de quilombos. Essas comunidades vivem na região noroeste do estado do Pará, conhecida como Trombetas, nome inspirado no rio homônimo. A lógica reprodutiva econômica desses grupos baseia-se no agroextrativismo, na agricultura de pequena escala, na pesca e na caça, combinados com o uso comum da terra pelas diversas famílias e comunidades que formam esse agrupamento humano, estabelecido nesse território há pelo menos dois séculos (MARIN; CASTRO, 1998).

Os quilombolas da Amazônia são descendentes diretos de negros escravizados que optaram pela fuga como forma de resistência à sua condição de cativos, bem como de negros libertos que, excluídos da sociedade, buscaram no quilombo uma alternativa de vida para si e suas famílias. Ao longo dos rios amazônicos, diversos quilombos foram formados, muitos dos quais precisaram ser itinerantes devido à luta e à perseguição do Estado colonial, que reprimia e tentava recapturar a mercadoria valiosa que era o negro e sua força de trabalho. No século XVIII, grupos de proprietários de terras locais, com o apoio da Coroa, buscavam estabelecer atividades de *plantation* na Amazônia e viam no negro uma alternativa mais viável do que o indígena.

O gráfico 1, apresenta a evolução da população escrava no Pará na segunda metade do século XIX. Observa-se uma diminuição gradual no número de escravos entre 1874 e 1887. No Pará, destaca-se a redução de mais de 10 mil escravos em apenas três anos, entre 1884 e 1887, passando de 20.849 para 10.535. Esse declínio acompanha o processo de decadência do modelo escravista, que já estava em curso nesse período. A taxa de crescimento da população escrava reflete essa tendência: um crescimento inicial de 5,12% entre 1864 e 1874, indicando um aumento no número de escravizados na região, seguido por um declínio acentuado de -33,89% entre 1874 e 1884, e uma queda ainda mais expressiva de quase 50% nos anos seguintes.

Gráfico 1: População de escravos ao longo na segunda metade do século XIX no Pará.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, disponível em <https://brasil500anos.ibge.gov.br/estatisticas-do-povoamento/populacao-escrava-no-brasil.html>.

No entanto, devemos ter consciência de que o processo de crise e fim do sistema de exploração escravista se concretizou de maneiras distintas e próprias a cada realidade social em que era efetivado. Na Amazônia, fica evidente que a luta emancipatória passou pela estruturação de formas camponesas que absorveram esses contingentes populacionais. Essa é a hipótese que nos parece crível à luz da análise etnográfica realizada por Marin e Castro.

Nos documentos históricos do período colonial na Amazônia, esses territórios de resistência negra eram frequentemente denominados mocambos. Esse termo, no entanto, foi empregado com conotações preconceituosas, por estar associado a agrupamentos de escravizados fugitivos, vistos pela sociedade da época como criminosos e preguiçosos (MARIN; CASTRO, 1998). Por outro lado, quilombo possui uma categorização histórica que remete à resistência e à luta afirmativa pela liberdade e pela preservação da humanidade dos negros. Com o passar dos anos e das gerações, o termo quilombo

adquiriu um estatuto jurídico, tornando-se símbolo da luta pela terra em comunidades que se autodefinem como remanescentes de antigos quilombos².

A reatualização ou resemantização do termo ocorre, a partir da década de 80, como resultado das mobilizações de grupos rurais, do movimento negro e de entidades de apoio às lutas pelo reconhecimento jurídico das terras de antiga ocupação, entre elas as dos *remanescentes de quilombos*. No âmbito, estão as questões das chamadas *terra de preto* ou *terra de quilombolas*, associadas ao forte sentimento de fazer parte da história de um grupo específico identificado com um território. (MARIN; CASTRO, 1998, p. 28-29).

A luta pela terra no Brasil é uma condição existencial para diversos segmentos camponeses, e os negros fazem parte dessa realidade, em suas diversas formas de resistência. Na Amazônia, uma modalidade camponesa é aquela que Costa (2012a, 2019) denominou de cabocla, que institucionalizou um modo de produção camponês no qual a relação com o bioma amazônico é essencial para a sua reprodução social, como exemplificado pelos Negros do Trombetas.

Varando furos, igarapés, logrando subir as cachoeiras e apoderar-se cautelosamente do potencial da floresta e das águas, os negros do trombetas teceram quotidianamente raízes étnicas, profundamente associadas à noção de território. Para eles, viver, apropriar-se e transformar a natureza encerram atos criadores de existência material e social. (MARIN e CASTRO, 1998, p. 29-30).

Os diversos conhecimentos de manejo das espécies, dos rios e dos solos garantiram a reprodução social ao longo de dois séculos. A complementaridade da agricultura com o extrativismo estabeleceu um sistema ecológico e econômico que, para muitos, pode ser visto como 'primitivo' ou 'irracional' por não ter o mercado como sua principal força motriz. No entanto, esse sistema é fundamental para uma economia que preserva e reproduz o bioma amazônico, e constitui uma estrutura de longa duração na Amazônia brasileira.

²As Comunidades Remanescentes de Quilombos são grupos étnicos brasileiros que possuem uma trajetória histórica própria, caracterizada pela resistência e luta pela preservação de suas tradições, culturas e territórios. Essas comunidades são formadas por descendentes de africanos escravizados que, durante o período colonial e imperial no Brasil, fugiram do sistema escravista e se organizaram em quilombos — espaços de resistência e autonomia. Com o fim da escravidão em 1888, muitas dessas comunidades continuaram existindo, mantendo suas práticas culturais, modos de vida e relações específicas com a terra. Hoje, são reconhecidas pela Constituição Federal de 1988 (Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias) como detentoras de direitos territoriais, cabendo ao Estado a titulação de suas terras.

2.4.1. Formas de produção autônomas dos camponeses negros no Trombetas

As comunidades negras estabelecidas ao longo do rio Trombetas há mais de dois séculos apresentam uma estrutura social e econômica notavelmente resiliente e sólida, capaz de dar continuidade a uma identidade étnica e ao seu modo de viver e produzir, por meio da combinação complementar entre agricultura de pequena escala e agroextrativismo (MARIN; CASTRO, 1998).

Um ponto fundamental nessa trajetória histórica é a ocupação do território, por meio do uso efetivo do bioma como estratégia reprodutiva. Conforme indicado por Marin e Castro (1998), as casas desses grupos localizavam-se ao longo das margens dos rios, e a divisão territorial respeitava as regras do grupo e dos troncos familiares, instituindo uma estrutura social que permitiu aos quilombos se manterem até os dias atuais.

Nesses lugares, o cotidiano parece estruturado em uma dinâmica quase imutável, pois os costumes e a tradição garantiram a transmissão de conhecimentos e tecnologias sociais suficientes para que as gerações atuais saibam se organizar e se reproduzir de forma a não exaurir o bioma. O sistema floresta-rio, que funciona plenamente, tem a floresta como espaço de atividades de caça, agricultura, coleta e manejo extrativo de espécies da região, como as castanhas, por exemplo. Do rio, por sua vez, extrai-se o pescado, além da dinâmica de locomoção e transporte para as coletas das castanhas e de outros produtos. Dessa forma, percebe-se uma integração territorial em que a noção de propriedade privada não faz sentido, vigorando o sistema de uso comum herdado dos antepassados.

É dessa maneira que podemos perceber uma forma camponesa amazônica cabocla, pois a cooperação e as práticas associativas formaram um sistema social e econômico no qual o quilombo foi, em um primeiro momento, o lugar da conquista da liberdade, ou seja, a luta por uma reivindicação de dignidade humana e de rompimento com a ordem escravista e racista. Esse modo de vida é a base elementar para a territorialidade e permite que, nos dias atuais, seus descendentes se mantenham como camponeses amazônicos.

Os ex-escravos transformam-se em segmentos camponeses, no ato de ruptura com a relação de propriedade escrava e ao definir, ao lado de uma situação de domínio espacial nos antigos quilombos, as condições de sobrevivência com base na exploração agro-extrativa do território sob seu controle (MARIN; CASTRO, 1998, p. 161).

A economia camponesa extrativista desses grupos de negros do Trombetas remonta às primeiras gerações de quilombolas, que produziam tabaco, algodão, mandioca e frutas, além de coletarem cacau, castanhas, salsaparrilha e madeira (MARIN; CASTRO, 1998). O contato com as populações originárias da região também é um elemento estrutural nessa trajetória, pois os saberes e a cultura dos indígenas do alto das cachoeiras da região garantiram a transferência e a ressignificação de conhecimentos ecológicos. Esses elementos estabeleceram uma estrutura de gestão coletiva do trabalho, na qual a propriedade comunal da terra e a unidade com o bioma fundamentam sua racionalidade econômica, e seu poder decisório passa pela preservação da natureza como estratégia reprodutiva da família e da sociedade.

A percepção de terra comum e não privada tem papel importante nesses deslocamentos. Em tempos não estritamente regulares, o grupo doméstico procura se mobilizar em direção a lugares onde os alimentos desejáveis ou suas fontes estejam o mais próximo possível de seu lugar de residência. Sua permanência no mesmo lugar encontra limites nas condições do próprio meio natural. O ponto central dessa estratégia é o aumento do tempo de trabalho e o gasto de energia necessário para alcançar a distância entre o local de habitação e o local de trabalho. Há uma racionalidade que busca compensar, pela economia de tempo e esforço, as dificuldades impostas pelo uso de tecnologias rudimentares (MARIN; CASTRO, 1998, p. 170).

Não há dúvida de que esses agrupamentos de negros se constituíram como um campesinato. Sua racionalidade é tipicamente camponesa, sendo suas estratégias reprodutivas muito semelhantes às baseadas nos balanços chayanovianos³. Outro elemento importante é a organização do calendário produtivo: a divisão entre verão e inverno define quais atividades produtivas serão potencializadas. A maior incidência de chuvas no inverno faz com que os rios transbordem, e a coleta da castanha se torna a principal atividade de trabalho. Na seca, é tempo de roça, quando a reprodução material do grupo é garantida durante a maior parte do ano (Marin; Castro, 1998).

Assim, percebemos que, para os camponeses negros do Trombetas, a terra comum é essencial para sua reprodução e modo de vida. O estabelecimento de propriedades privadas de empresas e a jurisdição de órgãos públicos federais se colocam como ameaças a esse modo de vida. Esse campesinato negro se organizou ao longo dos anos de forma distinta das dinâmicas de outros camponeses na Amazônia brasileira. A luta pela reivindicação do reconhecimento de seus territórios, por meio do argumento da

³ Para Alexander V. Chayanov, o elemento essencial do campesinato era a obtenção de recursos suficientes para a satisfação de todas as necessidades de sua base familiar. A base nuclear da teoria chayanoviana é o balanço existente entre o consumo familiar e a (auto)exploração da força de trabalho, no qual a organização econômica do camponês é fundamentada para sua própria subsistência (CRISPIM, S., 2020).

ancestralidade, já os coloca como um grupo específico e especial, pois sua estrutura econômica e social remete a uma longa duração camponesa na Amazônia. Dessa forma, podemos avançar para uma análise que identifique, na Amazônia e na contemporaneidade, formas estruturais camponesas e, com isso, apontar a relevância histórica, econômica e social dos negros nesse agrário a pelo ao menos três séculos.

CAPÍTULO 3. DIVERSIDADE E FORMAÇÃO DO CAMPESINATO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Ao longo da história, diversos campesinatos foram estruturados em diferentes formações sociais. Camponeses e seus respectivos campesinatos são expressões concretas de uma complexidade estrutural que, economicamente, se organiza em vários casos de forma antagônica ou complementar ao desenvolvimento do modo de produção capitalista. Na Amazônia brasileira, isso não foi diferente.

Campesinatos e seus territórios, por sua vez, são expressões da evolução adaptativa do modo camponês de produção a fundamentos naturais e institucionais diferenciados, no tempo e no espaço. A depender das condições vigentes, viabilizam-se estratégias produtivas das famílias que terminam por afirmar as diferentes trajetórias que marcam esses territórios (COSTA, 2022, p. 2).

Os territórios onde os camponeses se organizaram e se estabeleceram ao longo do tempo refletem amplamente suas diferenciações internas. No entanto, do ponto de vista econômico, é possível identificar especificidades tipicamente camponesas nas estruturas agrárias a partir da perspectiva de Alexander von Chayanov. Para ele, a especificidade da unidade de produção (empresa) camponesa reside no fato de que as necessidades reprodutivas das famílias camponesas fundamentam o processo decisório. Assim, as estratégias produtivas dessas unidades podem evidenciar diversas trajetórias produtivas nesses territórios (CHAYANOV, 2014; COSTA, 2022).

Posto isso, utilizaremos duas definições essenciais para a compreensão desses agrupamentos camponeses nos territórios amazônicos no Brasil: a conceituação de campesinato e de agricultura camponesa. Para Costa e Carvalho (2012), em verbetes publicados no Dicionário da Educação no Campo, **campesinato** é um conjunto de famílias camponesas territorialmente estabelecidas. Essas famílias só podem existir em contextos onde as relações sociais necessárias se estruturam por meio de regras (instituições) que regulam o uso e a disponibilidade de recursos naturais (biomas e ecossistemas) e culturais. Já os **camponeses** são compreendidos como famílias que, tendo acesso à terra e a outros recursos naturais (florestas, rios etc.), conseguem suprir suas necessidades reprodutivas — ou seja, suas demandas imediatas de consumo e seus projetos de longo prazo — por meio da produção rural e agroextrativista (COSTA; CARVALHO, 2012). A **agricultura camponesa**, por sua vez, define-se como o modo de produção e vida das famílias cujo acesso à terra e aos recursos naturais possibilita

organizar as soluções reprodutivas, alocando o trabalho do produtor e de sua família para a obtenção dos resultados diretos dessa alocação, garantindo a eficiência reprodutiva dessa unidade produtiva (COSTA; CARVALHO, 2012).

Assim, percebemos que se trata, notavelmente, de um tipo de economia fundamentada em razões decisórias distintas das que orientam qualquer empreendimento empresarial ou capitalista, nos termos empregados por Braudel (1987; 1995) e Ploeg (2009) para esses dois tipos de organização econômica. Na formação social brasileira, os camponeses se instituem de diversas formas, seguindo trajetórias históricas múltiplas e singulares. No entanto, sua resiliência e a garantia de acesso a recursos naturais, como a terra, as florestas e as águas, legitimam e reafirmam sua continuidade ao longo do tempo, permitindo que sejam compreendidos como uma estrutura de longa duração no sentido braudeliano.

Contemporaneamente, a estrutura do campesinato na Amazônia brasileira pode ser decomposta em uma heterogeneidade de formas. Costa (2024) aponta que pelo menos quatro agrupamentos históricos podem ser identificados territorialmente na região: três de origem histórica (COSTA, 2019; NUGENT, 2002) e um campesinato recente. Essas formas são territorialmente organizadas em ambientes onde sua historicidade se revela em sua comunalidade e condições de subsistência. O acesso a mercados locais são condições estratégicas, porém, não determinantes para a decisão de empregar maior investimento laboral para aumentar a produtividade. As especificidades do bioma (ambiente natural), o conhecimento técnico tácito e a diversidade reprodutiva, combinando atividades produtivas, conformam a diversidade estrutural das formas camponesas e de suas trajetórias históricas (COSTA, 2012; 2024).

Posto isso, quatro formas camponesas históricas na Amazônia brasileira se estruturam relacionadas à trajetória tecnológica agrária camponesa – T2⁴ (COSTA, 2024). Assim, apresentamos as principais definições dessas formas no quadro 2 a seguir.

⁴ As trajetórias tecnológicas e suas variantes produtivas camponesas são como Costa (2022) define como uma estruturação econômica comandada por grupamentos camponeses organizados como campesinatos na Amazônia. A utilização do plural para mencionar estas estruturas agrárias não é gratuita, pois, em realidades complexas como a Amazônia brasileira e outros locais no mundo, as realidades camponesas são significativamente diversas e dinâmicas (COSTA, 2022).

Quadro 2: Formas camponesas históricas da Amazônia brasileira

Formas	Características
Campesinato Caboclo-Originário (CbO)	O campesinato de origem mais remota na região amazônica tem seu marco de surgimento em meados do século XVIII, formado inicialmente por remanescentes dos aldeamentos religiosos. Institucionalmente, é decorrência das políticas de miscigenação dos europeus e dos indígenas, consolidando um arranjo que resultou em famílias nucleadas, dotadas dos hábitos e necessidades europeias e dos conhecimentos dos povos originários sobre técnicas adequadas para a produção na natureza amazônica.
Campesinato Caboclo-Forâneo (CbF)	Surge a partir da economia da borracha no grande seringal mercantil da segunda metade do século XIX. Com a crise do período de auge da exploração da borracha, a estrutura dos seringais mercantis desmorona, e as populações de seringueiros, oriundas em grande medida de nordestinos, acabam por se instituir como camponeses na Amazônia, adotando técnicas e hábitos dos camponeses e populações originárias. Ele é caboclo porque, assim como seu antecessor, fixa-se "no mato", mas se diferencia por ser "forâneo", por sua cultura e conhecimento sobre o bioma serem relativamente tópicos, ou limitados, em comparação com o campesinato originário.
Campesinato Agrícola forâneo pós-borracha (FpB)	Após o período do chamado boom da borracha, este campesinato coloniza o planalto santareno e a região bragantina no Pará. São formados por camponeses imigrantes, como os japoneses nas microrregiões de Tomé-Açu e Santarém, que se baseavam na agricultura e buscavam suprir os principais centros urbanos da região Norte do Brasil.
Campesinato Forâneo Recente (ReC)	Esse campesinato se organiza na região amazônica a partir dos programas de formação de assentamentos camponeses, durante a ditadura militar brasileira nos anos de 1960 e 1970, e em parte foi formado por movimentos de migração "espontâneos", incentivados pela abertura da rodovia Belém-Brasília. Por outro lado, assentou-se em projetos de assentamentos regulados pelo INCRA ao longo das rodovias Transamazônica e BR-364 (Cuiabá-Santarém). Esse processo de organização de um campesinato mais recente na Amazônia permitiu que imigrantes de várias partes do Brasil se estabelecessem territorialmente na região.

Fonte: Adaptado de Costa (2022), elaborado pelo autor.

3.1 Campesinato caboclo original (CbO)

Neste momento da tese, mobilizaremos categorias que conceituam sujeitos históricos. Como já apresentado anteriormente, referimo-nos aos camponeses negros que historicamente se constituíram na Amazônia brasileira e, essas estruturas sociais e econômicas serão, por uma questão lógica e conceitual, associadas conforme a classificação de Costa (2024) como campesinato caboclo-originário. Focaremos nessa estrutura, pois, como já demonstrado por Costa (2012a; 2019; 2024), trata-se de uma forma social e econômica instituída na territorialidade amazônica há pelo menos três

séculos (do século XVIII até os dias atuais), constituindo uma estrutura de longa duração no contexto agrário da região (ver ANEXO).

Assim, realizaremos, brevemente, uma conceituação desses sujeitos históricos com foco nas formas amazônicas de campesinato. Segundo Oliveira (1979), dentro da diversidade interna das relações sociais de produção na Amazônia nos séculos XVIII e XIX, a organização produtiva vinculada à extração da borracha se divide em duas grandes estruturas: o seringal de auge e o seringal caboclo. Este último, de trajetória histórica anterior à primeira, caracterizava-se como uma combinação de atividades extrativas (borracha, cacau, salsa, óleo de copaíba etc.) e agricultura de pequena escala, fundamentalmente voltada para a subsistência da unidade produtiva.

No tipo seringal [...] era constituída pelo extrator isolado, mas sim pelo *extrator e sua família*. Isso dava à unidade econômica nuclear uma flexibilidade relativamente grande, permitindo que o cultivo de subsistência ou outras formas de extração fossem realizadas pela mulher e/ou pelos filhos, concomitantemente ao preparo da seringa pelo chefe da família (OLIVEIRA, 1979, p. 125).

As unidades produtivas organizadas na estrutura do seringal caboclo apresentam bases camponesas típicas, evidenciando que, mesmo nesse arranjo, as atividades reprodutivas combinavam extrativismo com agricultura e pecuária, centradas na família camponesa. Contudo, se o estudo de Oliveira (1979) já indicava a presença marcante dessas unidades, por que a historiografia econômica sobre a Amazônia confere pouca importância a esses sujeitos históricos, ou mesmo os invisibiliza? A resposta reside, em grande parte, na predominância de uma análise paradigmática estruturada na perspectiva dos ciclos econômicos. Essa abordagem, presente em obras clássicas sobre a história econômica da Amazônia e do Brasil, restringia-se a poucos produtos amplamente inseridos na economia mundial durante o período colonial, como cana-de-açúcar, café, drogas do sertão e borracha. Consequentemente, a adoção dessa perspectiva baseada em ciclos econômicos inviabilizou o tratamento adequado das unidades produtivas camponesas durante o período colonial e imperial.

A invisibilidade virtual das sociedades caboclas amazônicas [...] Sua base de recursos é formada por uma floresta e um sistema de rios que se caracteriza como homogênea em certas escalas de representação científica (floresta tropical úmida, várzea, terra firme), mas que, na verdade, esconde uma vasta gama de heterogeneidades, em grande parte ainda incompreendidas [...] Além disso, muitos dos recursos necessários à reprodução do campesinato não são valorados tradicionalmente pelos economistas (florestas, solos aluviais, rios), colocando a economia cabocla numa posição completamente marginal ao “desenvolvimento econômico” tecnocrata do capital” (ADAMS, MURRIETA, NEVES, 2006, p. 17).

A citação acima demonstra que tais invisibilidades configuram, na história social da Amazônia, uma longa duração que limita a compreensão das complexidades sociais e econômicas dessa região do Brasil. Para Nugent (2002), os camponeses amazônicos não são sujeitos autóctones, mas aqueles que se estruturam como camponeses nesse território obtiveram maior resiliência ao replicar o conhecimento e o uso adequado dos recursos naturais herdados das populações originárias. Harris (2006), por sua vez, argumenta que os caboclos são expressões modernas de estratégias camponesas, cuja estratégia reprodutiva se solidifica na "renovação constante do passado no presente".

Apresentadas essas visões históricas que apontam para uma estrutura social e econômica cabocla, cuja unidade de produção camponesa representa sua dimensão concreta na realidade amazônica durante os últimos trezentos anos, no mínimo. Segundo Costa (2012a; 2024), o campesinato caboclo é consequência de um arranjo estabelecido pelas reformas pombalinas, que suprimiram o controle religioso sobre as populações indígenas, principal força de trabalho da região, e instituíram o monopólio sobre o comércio dos produtos amazônicos. Além disso, um conjunto de normas reguladoras promoveu, entre outras coisas, casamentos entre homens brancos (colonos) e mulheres indígenas, formando famílias mestiças que combinavam conhecimentos: dos europeus, herdaram valores religiosos, língua e a organização do trabalho centrada na família (camponesa); dos povos originários, herdaram conhecimento sobre o bioma, técnicas produtivas adequadas e saberes tácitos sobre rios e florestas (COSTA, 2012a; 2019).

É evidente que dessas combinações surgiram novas formas de conhecimento e técnicas, bem como uma organização econômica genuína da Amazônia brasileira: o campesinato caboclo. Essa estrutura social e econômica tem seu marco institucional a partir do governo do Marquês de Pombal e suas reformas.

As continuidades que atravessam os períodos colonial e imperial foram econômicas e culturais. O modo de vida camponês baseava-se em sítios e vilarejos, composto de parentes e vizinhos próximos, a trabalhar numa variedade de tarefas, como pesca, caça, criação de gado, coleta de produtos da floresta e agricultura. A pertença a uma residência rural não impedia o tempo na cidade, a mobilidade ou o ingresso no serviço militar. O campesinato se compunha de índios, mestiços, escravos libertos e brancos pobres. De fato, o papel econômico e os valores desse campesinato heterogêneo, a que muitos mais se somaram, têm persistido até os dias hoje. Foi capaz de se adaptar e acomodar novas demandas em cada fase, em virtude de sua existência semi-independente e da habilidade de explorar um espectro diverso de recurso e ambientes de livre acesso (HARRIS, 2017, p. 365-366).

Sua continuidade durante o restante do período colonial e no império tornou essa estrutura cada vez mais diversa em sua composição reprodutiva e étnica, onde podemos

associar, hipoteticamente, que dentro da forma histórica do campesinato caboclo, camponeses advindos da brecha camponesa quilombola e, após a abolição da escravidão, protocamponeses se organizaram através desse padrão reprodutivo fundamentado no bioma amazônico.

Reafirmando um ponto central para nossa investigação de tese é a questão racial relacionada a campesinato histórico amazônico, ao longo do tempo existiram alianças e possíveis misturas étnicas entre indígenas e pretos de origens africanas através dos quilombos⁵. Utilizando o pressuposto defendido por Costa (2012; 2019), que postula que, a partir da implementação efetiva das reformas pombalinas em meados do século XVIII, institucionalizou-se na colônia amazônica portuguesa uma política de miscigenação que culminaria com o estabelecimento de núcleos familiares que combinam os valores culturais e econômicos dos europeus e o conhecimento ecológico e botânico do bioma. O resultado dessa política seria a formação de uma base camponesa que teria na combinação da agricultura de pequena escala com o extrativismo sua base reprodutiva e social, sendo denominada um **campesinato caboclo** por sua origem mestiça “índios + brancos” (COSTA, 2012 e 2019).

A miscigenação da qual resultou os caboclos amazônicos, não se limitou, possivelmente, à união entre homens brancos europeus e mulheres indígenas, mas também envolveu pretos e indígenas, para além de pretos e brancos. Dessa maneira, tal mosaico étnico resultou em uma combinação de culturas e conhecimentos que, transmitidos de geração em geração, resultaram em práticas econômicas que atualmente conformam o campesinato negro amazônico, e pretos e pardos (negros) são expressões concretas destes campesinatos.

3.2. Campesinato caboclo forâneo (CbF)

Durante a segunda metade do século XIX, a Amazônia testemunhou a ascensão do seringal mercantil, baseado na exploração do imigrante nordestino. Com o declínio do ciclo da borracha, o sistema seringalista entrou em crise, tornando inviável manter os trabalhadores sob o regime de exploração compulsória do aviamento nos seringais. Alguns seringueiros, que acumularam recursos, optaram por retornar ao Nordeste. No

⁵ A própria culinária amazônica expressa essas misturas como exemplos a maniçoba, vatapá e o caruru são considerados iguarias comumente consumidas no Pará, outro exemplo é a religiosidade de matriz africana que combina divindades de origem da África com as indígenas.

entanto, a grande maioria, sem condições financeiras e materiais para o retorno, viu-se obrigada a permanecer no território amazônico. Trabalhando na floresta, esses indivíduos incorporaram conhecimentos e práticas reprodutivas tipicamente camponesas caboclas, integrando-se à estrutura camponesa original e formando, até os dias atuais, uma das bases da economia camponesa amazônica (COSTA, 2012; 2024)

Segundo Oliveira (2016), a grande seca de 1877 no Nordeste brasileiro é entendida como um marco para o surgimento do seringueiro/camponês nordestino. Esse fluxo migratório era composto por retirantes e suas famílias, que se adaptaram rapidamente às novas condições de exploração de sua força de trabalho: “[...]levando consigo a família e mantendo com o seu novo *patrão* seringalista uma relação basicamente semelhante àquela que esse mantém com o caboclo” (OLIVEIRA, 2016, p. 155).

A origem desses contingentes camponeses reside no excedente populacional formado nas áreas marginais do sertão nordestino, que servia como reserva de força de trabalho acessória à indústria açucareira e exercia atividades agrícolas e pecuárias no interior (FURTADO, 2007). A migração para a Amazônia intensificou-se gradativamente durante o auge da economia gomífera e, a nosso ver, a incorporação dos nordestinos resultou na absorção de camponeses e trabalhadores rurais pauperizados, que, em muitos casos, migravam com o objetivo de retornar aos seus locais de origem.

O deslocamento maciço de nordestinos para os seringais da Amazônia não deve, portanto, ser descrito como uma migração espontânea. Trata-se, de fato, de um movimento que, na escala e ritmo em que se dá, deverá necessariamente ser induzido e organizado. E são exatamente os interessados na utilização dessa mão de obra, os seringalistas e as casas aviadoras (e não os governos provinciais), que promovem esse fluxo migratório (OLIVEIRA, 2016, p. 155-156).

A relação de trabalho e produção estabelecida foi o aviamento, um sistema de endividamento compulsório no qual, desde o recrutamento no local de origem, o transporte do trabalhador e, em alguns casos, de sua família, até os suprimentos iniciais eram contabilizados e cobrados a preços abusivos dos seringueiros. Estes iniciavam a produção nos seringais já endividados, o que, em muitas situações, recriava a condição de cativos para esses trabalhadores e suas famílias.

[...]o endividamento do migrante e o seu enquadramento na *condição de trabalhador dependente* – desde o momento em que sai de sua terra, o futuro seringueiro já vai se tomando prisioneiro do *agenciador* e, depois, do seringalista, tendo que pagar-lhe todas as despesas que realizar até a obtenção da primeira safra (OLIVEIRA, 2016, p. 156).

Esses indivíduos, que historicamente se estabeleceram na Amazônia durante a segunda metade do século XIX até a crise da borracha no início do século XX, constituíram, conforme indica Costa (2024), o campesinato forâneo caboclo (CbF). Introduzidos na realidade da reprodução social na floresta amazônica, esses mesmos, embora inicialmente direcionados à especialização da produção gomífera, tiveram que se adaptar ao modo de produção camponês amazônico. Este, baseado no bioma e no extrativismo combinado com a pecuária de pequena escala, pesca e lavouras, constitui uma trajetória de produção social camponesa tipicamente amazônica. Devido ao processo de endividamento compulsório, muitos desses indivíduos não conseguiram retornar aos seus locais de origem e, possivelmente, muitos formaram novas famílias na região dos seringais após a crise, estabelecendo-se, assim, como camponeses forâneos (migrantes) caboclos.

3.3. Campesinato Agrícola forâneo pós-borracha (FpB)

A forma camponesa que se organizou após o período da borracha, no início da década de 1910, tem na imigração estrangeira sua principal característica. Como Costa (2024) indica, os japoneses são os principais agentes desse processo. Sob um contexto de reordenamento econômico e demográfico no Brasil e no Japão no início do século passado, os imigrantes japoneses chegaram ao Pará e se estabeleceram nas regiões de Tomé-Açu, no nordeste paraense, Santarém, no oeste paraense, e Parintins, no Amazonas.

No âmbito das necessidades que impulsionaram a migração japonesa, destacam-se o excedente populacional e a escassez de terras no Japão, a crise econômica pós-Primeira Guerra Mundial e a política expansionista do governo japonês. Por outro lado, o Estado brasileiro e paraense buscava mão de obra para o setor agrícola, especialmente após o declínio do ciclo da borracha, e o povoamento de regiões específicas da Amazônia.

Os imigrantes japoneses se destacaram no cultivo de pimenta-do-reino para exportação, além de hortaliças, frutas e arroz. A influência da cultura japonesa no desenvolvimento agrícola das regiões colonizadas é notável até os dias atuais. O cooperativismo também se destaca como uma característica desses agrupamentos camponeses asiáticos. Os japoneses na Amazônia, e no Pará em particular, foram fundamentais para o desenvolvimento agrícola nas áreas de colonização (HOMMA, 2012).

3.4. Campesinato forâneo recente (ReC)

A forma camponesa mais recente na Amazônia estruturou-se em meados do século XX, com a chegada de populações de camponeses e operários agrícolas migrantes de diversas regiões, especialmente do Nordeste brasileiro. Esse estabelecimento no território ocorreu a partir da política de ocupação promovida pelo regime militar brasileiro, que denominava a região de "terras sem homens para homens sem-terra". O Estado brasileiro atuou como agente regulador desse processo histórico, inicialmente promovendo grandes projetos de infraestrutura que conectaram a Amazônia aos centros econômicos e demográficos mais dinâmicos do país, como o Centro-Sul e o Nordeste. As rodovias federais foram os principais meios que permitiram o fluxo de populações excedentes do Nordeste, de mercadorias dos centros industriais do Sudeste para o Norte, e de matérias-primas naturais da Amazônia para outras regiões. O grande fator de interesse e abundância que emergiu desse processo de integração da Amazônia à economia brasileira foi a disponibilidade de grandes extensões de terras naturais, ricas em espécies nativas, acessíveis tanto a migrantes quanto a empresários e latifundiários de outras regiões, que buscavam expandir a fronteira do capital na *hileia* Amazônica (IANNI, 1979; HECHT, 1985; CRISPIM, C, 2020).

O Pará foi o principal epicentro desses processos na segunda metade do século XX. Dentre os grandes projetos implementados na região, destacam-se a construção das três grandes rodovias federais: Belém-Brasília, Transamazônica e Cuiabá-Santarém. Em termos institucionais, a política de incentivos fiscais foi essencial para a efetivação dos empreendimentos empresariais e a formação de latifúndios. O resultado foi um processo de privatização e monopolização de enormes extensões de terra. No entanto, essa política estatal não foi a única via de ação. Para os camponeses, foi instituída uma política de colonização que buscava promover, em seu âmbito, mecanismos de "reforma agrária". Os contingentes de nordestinos, em sua maioria trabalhadores rurais, posseiros e pequenos produtores, foram os principais beneficiários dessa política (CRISPIM, C. 2020). O principal objetivo da política de colonização instituída pelos governos militares foi o controle efetivo da dinâmica migratória dos camponeses para as terras da Amazônia, que se tornaram acessíveis com a abertura da rodovia Belém-Brasília. Essa política, no entanto, resultou na não realização de uma verdadeira e ampla reforma agrária na região e no restante do país (CRISPIM, S, 2020; CRISPIM, C, 2020).

O processo migratório intensificou-se durante a década de 1960, com camponeses e suas famílias estabelecendo-se em áreas de terras devolutas e, em alguns casos, em terras indígenas. Esse deslocamento populacional em massa só foi possível com o avanço das rodovias na região. Os migrantes eram, em sua maioria, camponeses e suas famílias, trabalhadores desempregados ou subempregados, oriundos de diversas regiões do país e da própria Amazônia. "Deste modo, esses migrantes, camponeses e operários do campo de outras regiões e da própria região amazônica, realizaram espontaneamente uma reforma agrária de fato" (CRISPIM, C, 2020).

Os dois processos que se instituíram na Amazônia brasileira acarretaram uma corrida pelo controle das melhores terras. As lutas subsequentes por terra levaram a conflitos intensos e violentos. Os controladores iniciais das terras virgens ou "amansadas", incluindo indígenas e, posteriormente, posseiros, acabaram por se subordinar e entrar em conflito com os interesses do Estado e do capital que se organizaram na região.

Para os diversos camponeses que migraram e se estabeleceram ao longo dos eixos rodoviários criados na Amazônia a partir de meados do século XX, a colonização iniciou-se, principalmente, pela rodovia Belém-Brasília, de forma espontânea. A fixação camponesa ocorreu nas margens da rodovia e por iniciativa própria. Essa colonização espontânea também contou com a participação do Estado, que elaborou políticas fundiárias, agrícolas e de crédito que, em última análise, favoreceram grandes proprietários e produtores rurais de outras regiões, especialmente do Centro-Sul do Brasil. Essa aparente contradição indicava, na verdade, o tensionamento que o Estado brasileiro queria impor à região, visando incorporá-la para a implementação de um desenvolvimento baseado em bases capitalistas.

Outra rodovia importante para a formação do campesinato historicamente mais recente na Amazônia foi a Transamazônica, que até os dias atuais não foi totalmente concluída. Inaugurada em 1974, o processo de ocupação das áreas de influência dessa rodovia ocorreu por meio da colonização dirigida pelo Estado. No início da década de 1970, o governo ditatorial brasileiro instituiu o PIN (Plano de Integração Nacional), que criou e consolidou o órgão responsável pela promoção e execução da política de reforma agrária nacional até os dias atuais: o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). A colonização dirigida no estado do Pará concretizou-se ao longo da rodovia Transamazônica com a instalação dos Projetos Integrados de Colonização (PIC) nos municípios de Marabá, Altamira e Itaituba. Os lotes desses assentamentos vinculados aos

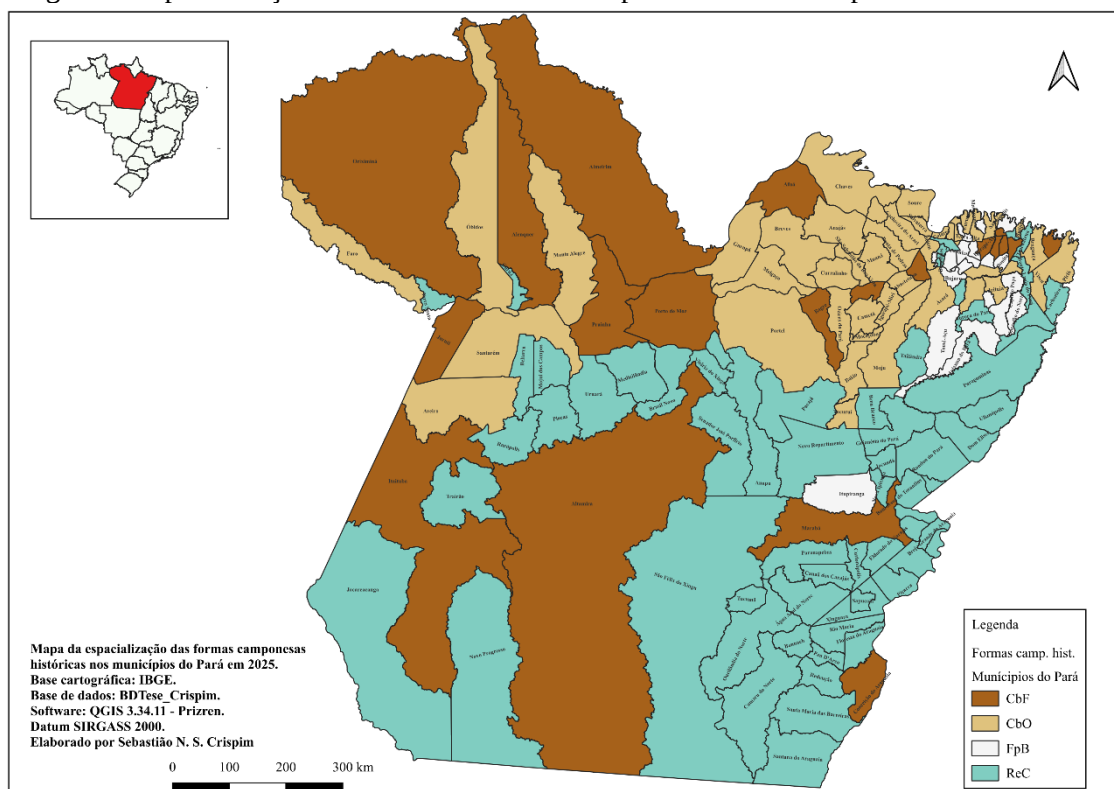
PIC's garantiam transporte do local de origem até o assentamento, um lote de 100 hectares, serviços médicos, ajuda de custo inicial e compra da produção. No entanto, esses produtores eram selecionados pelos órgãos, evidenciando o controle estatal sobre o processo. Contudo, posseiros já estabelecidos nas regiões também foram incorporados, caracterizando a inclusão da tradicional modalidade camponesa, combinando colonos e posseiros (PEREIRA, 2013; CRISPIM, C, 2020).

A rodovia Cuiabá-Santarém foi a última grande rodovia inaugurada nesse período, e sua conclusão ocorreu apenas em anos recentes. Por ser uma região de "fronteira aberta", diversos processos históricos se replicam atualmente nesse corredor rodoviário que liga o estado do Mato Grosso ao Pará e, principalmente, conecta o maior produtor de soja do Brasil aos rios e portos amazônicos. No entanto, assim como anteriormente, o resultado desse desenvolvimento regional tem sido a degradação ambiental, a disponibilidade de terras baratas e conflitos de diversas naturezas na região de Santarém e no oeste do Pará, como consequência.

Dessa forma, concluímos que o processo histórico de formação do campesinato recente (ReC) foi marcado pela implementação de grandes projetos estatais. As rodovias atuaram como artérias, conduzindo tanto massas camponesas quanto empreendimento empresariais e grandes latifundiários para a região. Este campesinato, de interesse para nossa pesquisa, e sua composição racial serão analisados na atualidade por meio de dados atualizados sobre a estrutura fundiária. Consequentemente, é necessário descrever as principais características que definem o campesinato e suas formas históricas resultantes.

Historicamente instituídas, as quatro formas históricas camponesas amazônicas podem ser espacializadas territorialmente na Figura 3. O mapa demonstra a prevalência territorial nos municípios do Pará, onde identificamos, em marrom, a forma migrante cabocla (CbF); em bege, a cabocla original (CbO), de maior antiguidade na região; e, em verde, a forma recente (ReC). Observamos uma divisão territorial que, a nosso ver, demonstra a consolidação dos processos históricos descritos anteriormente. Com isso, podemos avançar na análise dos dados censitários para detalhar nosso interesse em relacionar essas formas históricas às estruturas camponesas contemporâneas e suas variações raciais.

Figura 3: Espacialização das formas históricas camponesas nos municípios do Pará em 2025.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Apresentada a diversidade estrutural e suas respectivas formas históricas camponesas, realizaremos, no próximo capítulo, um delineamento da especificidade racial do campesinato amazônico contemporâneo e sua relação histórica com as formas históricas concretas que foram descritas aqui, com exceção da FpB. Essa forma camponesa migrante, por estar historicamente vinculada à imigração estrangeira (japoneses), não se faz necessária como categoria analítica para o objetivo central desta pesquisa: descrever o processo histórico de formação do campesinato negro e suas especificidades. Assim, utilizaremos as outras três formas camponesas para prosseguir com o propósito deste trabalho de investigação.

CAPÍTULO 4. REVELANDO A NEGRITUDE NO AGRÁRIO AMAZÔNICO: ANÁLISE DA ESTRUTURA AGRÁRIA E RACIAL NO PARÁ

Neste último capítulo desta investigação sobre a formação do campesinato negro no agrário amazônico, analisaremos descritivamente as estruturas agrárias amazônicas na atualidade, com o objetivo de evidenciar a relativa significância dos negros no rural da Amazônia brasileira, com foco no Pará. Iniciamos com uma análise populacional sob o recorte racial, comparando-a com as dinâmicas do Brasil, das grandes regiões e do Pará. Em seguida, analisaremos a estrutura fundiária com o mesmo método expositivo. Na segunda parte do capítulo (seção 4.3), aplicaremos uma análise no Pará das formas históricas camponesas territorialmente prevalentes e sua dimensão estrutural agrária e racial, para alcançarmos o objetivo maior deste trabalho: revelar a negritude substancial do agrário amazônico contemporâneo.

4.1. População e raça no rural amazônico: análise comparativa entre Brasil, Regiões e Pará

A população brasileira é bastante heterogênea em suas diversas composições e, em um recorte racial, podemos verificar a distribuição onde está concentrada a maior parte do contingente populacional e, assim, indicar um perfil racial, tornando mais interessante verificar esta informação pelas grandes regiões do Brasil. A tabela X apresenta a população residente para os anos censitários de 2010 e 2022 e, nela, percebemos que as principais tendências demográficas são que, em relação ao Brasil, a população total cresceu, entre 2010 e 2022, aproximadamente 6% (190 mil em 2010 para 203 mil em 2022). No quesito racial, a população branca diminuiu entre os anos censitários (-3,07%) e, em contrapartida, a população negra apresentou aumento expressivo (pardos, 42% e pretos, 11%), os indígenas também apresentaram crescimento significativo, já os amarelos apresentaram queda. Na região Norte, a dinâmica racial foi semelhante a do Brasil, com uma diminuição da população branca (-3,28%) e um aumento de pardos (45%) e pretos (9,8%), para além dos indígenas (76%). O Pará segue a mesma dinâmica populacional da região Norte, a população branca diminuiu e os negros e indígenas apresentaram substancial aumento populacional.

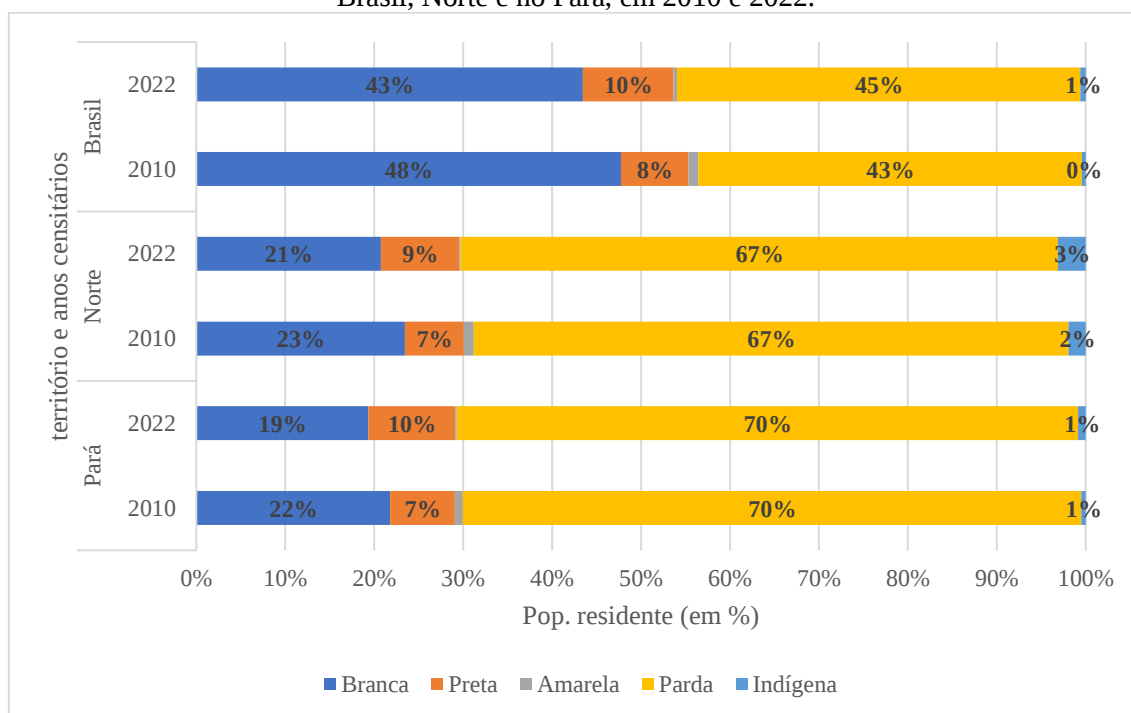
Tabela 1: População residente no Brasil e nas grandes regiões segundo a cor ou raça, em 2010 e 2022 (pessoas).

	Ano	Cor ou raça					Total
		Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	
Brasil	2010	91.051.646	14.517.961	2.084.288	82.277.333	817.963	190.755.799
	2022	88.252.121	20.656.458	850.130	92.083.286	1.227.642	203.080.756
Norte	2010	3.720.168	1.053.053	173.509	10.611.342	305.873	15.864.454
	2022	3.598.298	1.530.418	29.467	11.654.390	539.821	17.354.884
Nordeste	2010	15.627.710	5.058.802	631.009	31.554.475	208.691	53.081.950
	2022	14.571.557	7.127.018	68.749	32.559.846	327.725	54.658.515
Sudeste	2010	44.330.981	6.356.320	890.267	28.684.715	97.960	80.364.410
	2022	42.318.768	9.003.372	570.852	32.833.389	109.934	84.840.113
Sul	2010	21.490.997	1.109.810	184.904	4.525.979	74.945	27.386.891
	2022	21.729.713	1.505.526	120.838	6.499.382	81.478	29.937.706
Centro-Oeste	2010	5.881.790	939.976	204.599	6.900.822	130.494	14.058.094
	2022	6.033.785	1.490.124	60.224	8.536.279	168.684	16.289.538
Pará	2010	1.653.307	548.825	69.198	5.270.307	39.081	7.581.051
	2022	1.570.281	793.621	12.432	5.673.446	69.180	8.120.131

Fonte: Censo Demográfico – IBGE, elaborado pelo autor.

Essas tendências demográficas estão intrinsecamente ligadas aos processos históricos de formação do campesinato na Amazônia como apresentamos no capítulo 3, a mestiçagem relacionada ao campesinato caboclo-originário (CbO) nos ajuda a interpretar que a diminuição verificada da população branca e o aumento dos pardos podem ser uma possível continuidade ou até mesmo uma evidência do processo histórico de miscigenação. A migração nordestina que conformou o campesinato caboclo-forâneo (CbF) pode ser estar associada à presença de populações negras nesse fluxo migratório do período da borracha e os descendentes possivelmente compõem a população negra do Norte do Brasil. No gráfico 2, que mostra a distribuição por cor ou raça e por ano censitário, fica claro que a região Norte apresenta a maior parte da sua população de autoidentificando como negra sendo 67% de pardos e outros 7% de pretos e que, no Pará, essa proporção é ainda mais latente, os negros são respectivamente 70% de pardos e 10% de pretos em 2022, totalizando 80% da sua população residente sendo negra.

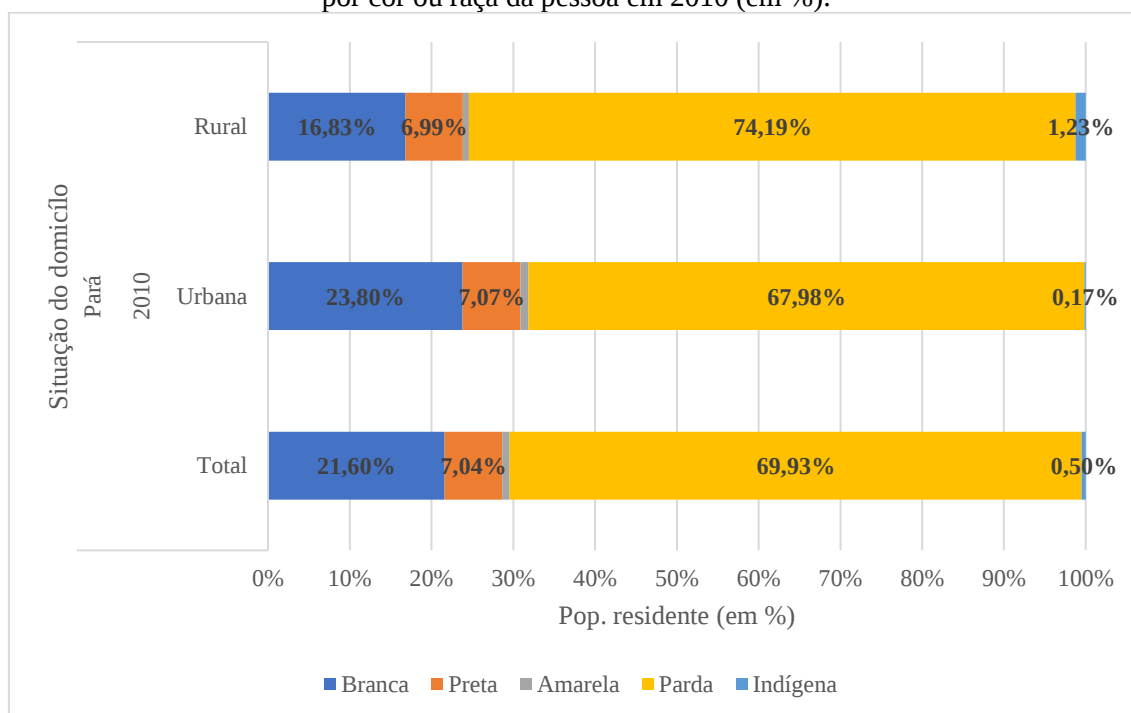
Gráfico 2: Distribuição relativa da população residente segundo a cor ou raça da pessoa, no Brasil, Norte e no Pará, em 2010 e 2022.



Fonte: Censo Demográfico – IBGE, elaborado pelo autor.

Sendo o Pará o *locus* principal onde as estruturas agrárias e suas formas camponesas se territorializaram ao longo do tempo, direcionaremos nossa análise populacional para a respectiva distribuição segundo a situação do domicílio da população residente, seja rural ou urbana. No Gráfico 3, observa-se um predomínio da população parda em todas as situações de domicílio (rural: 74,19%; urbana: 67,98%; e total: 69,93%). A maior parte da população branca concentra-se nas áreas urbanas, enquanto a população preta apresenta representatividade semelhante nas áreas rural e urbana, com uma média de aproximadamente 7%. As populações amarela e indígena apresentam baixas proporções em todas as situações de domicílio.

Gráfico 3: Distribuição relativa da população residente do Pará segundo a situação do domicílio por cor ou raça da pessoa em 2010 (em %).



Fonte: Censo Demográfico – IBGE, elaborado pelo autor.

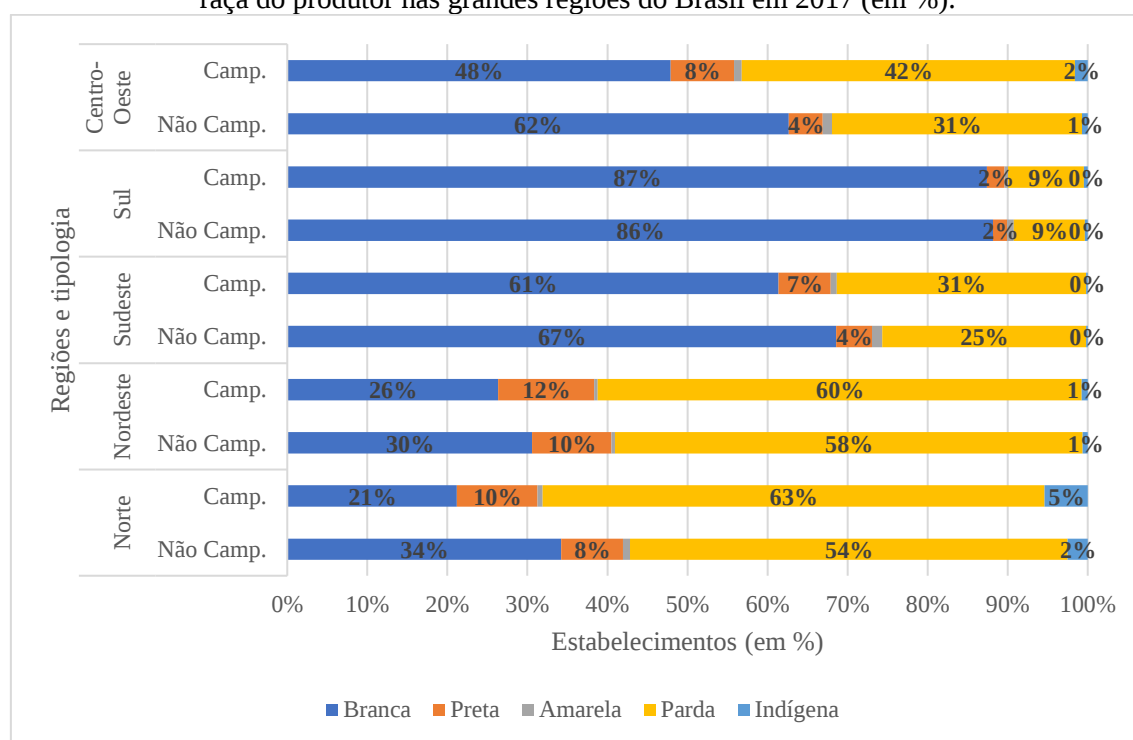
Esta análise nos fornece um panorama da composição racial da população paraense em 2010, infelizmente, esse indicador ainda não é possível de ser replicado com base nos dados publicados na plataforma SIDRA do IBGE do Censo demográfico de 2022, mas de qualquer maneira percebemos que no Pará a presença negra é predominante na população geral e no rural e, dessa forma, já podemos vislumbrar que os negros, mais especificamente os pardos são predominantes. Feita, essa evidência da forte presença negra no Norte do Brasil e, principalmente, no rural paraense iremos continuar nossa análise comparativa agora pela dimensão das estruturas fundiárias.

4.2. A Dimensão racial da estrutura agrária

A estrutura fundiária é a distribuição e organização em um espaço (municípios, região, país ou espaço) dos estabelecimentos agropecuários, considerando-se, entre outras informações, a quantidade, o tamanho e a distribuição desses estabelecimentos. Essa estrutura é determinada por fatores históricos e institucionais sobre as terras e sua transformação, ao longo do tempo, também se relaciona com a dinâmica racial da realidade social que expressa. O Gráfico 4 nos mostra, de maneira regional, a distribuição racial dos estabelecimentos agropecuários por camponeses e não camponeses. De acordo

com esse gráfico, nas regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste predominam os estabelecimentos de brancos entre camponeses e, principalmente, entre os não camponeses. Por outro lado, Nordeste e Norte apresentam uma significativa proporção de estabelecimentos de negros (pardos e pretos). Essas duas regiões, como já descrevemos no capítulo anterior, apresentam conexões históricas, sendo o Nordeste um polo de migração de populações rurais para o Norte e para outras regiões do Brasil. Analisando a região Norte, percebemos que os negros camponeses são 73% (pardos, 63% e pretos, 10%) do total dos estabelecimentos (ver apêndice) e os não camponeses correspondem 62%, o que nos revela uma estrutura fundiária predominantemente negra na região.

Gráfico 4: Distribuição dos estab. agrop. por camponeses e não camponeses segundo a cor ou raça do produtor nas grandes regiões do Brasil em 2017 (em %).

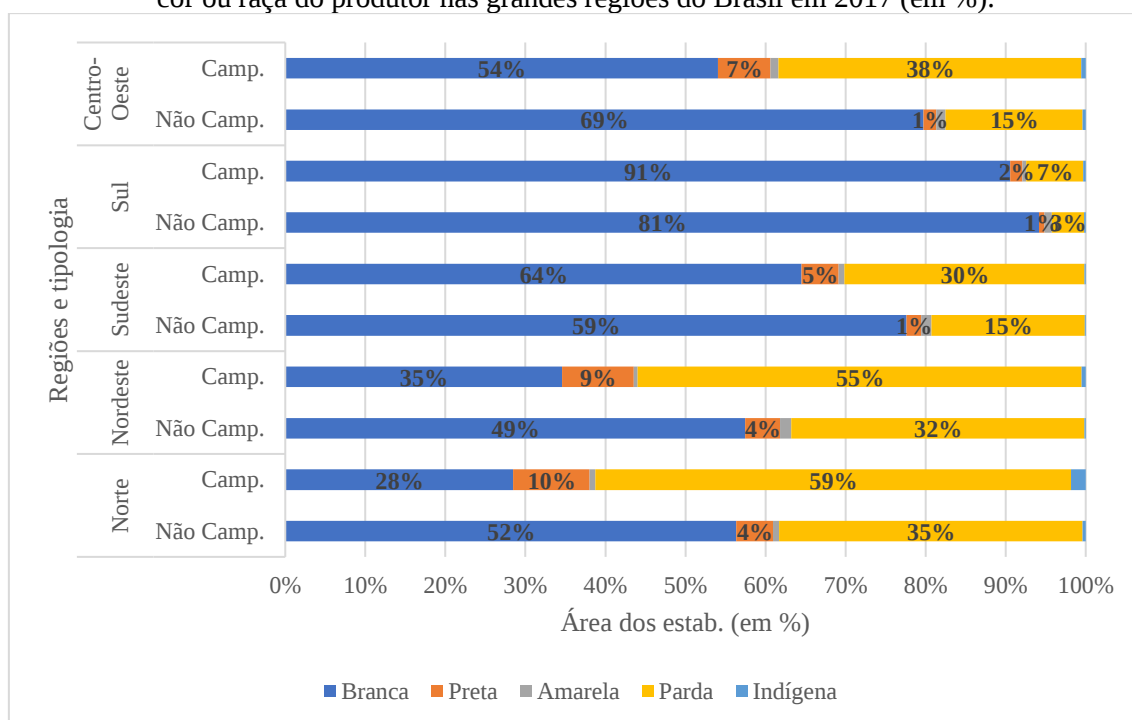


Fonte: Censo Agropecuário – IBGE, elaborado pelo autor.

O Gráfico 5, por sua vez, aponta a relação das áreas dos estabelecimentos efetivamente distribuídas racialmente. Salta aos olhos como, independente da região analisada, os estabelecimentos conduzidos por não camponeses é dominado por brancos, sobretudo, nas regiões Sul, Centro-Oeste e Sudeste. Já no recorte por camponeses, brancos são majoritários no controle da área dos estabelecimentos nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste (respectivamente, 91%, 64% e 54%), ao passo que negros controlam a maior parcela da área dos estabelecimentos nas regiões Norte e Nordeste (respectivamente, 69% e 64%). As informações desse gráfico revelam que, na região

Norte, predomínio de um campesinato negro. Em síntese, o que os dois últimos gráficos analisados expressam é que, se o número de estabelecimentos é, majoritariamente, de produtores pardos, a área controlada é, por sua vez, mais expressiva entre os brancos não camponeses, sugerindo que estes podem ter em média estabelecimentos maiores. Entre os camponeses predominam os negros nas áreas correspondentes com destaque para os pardos.

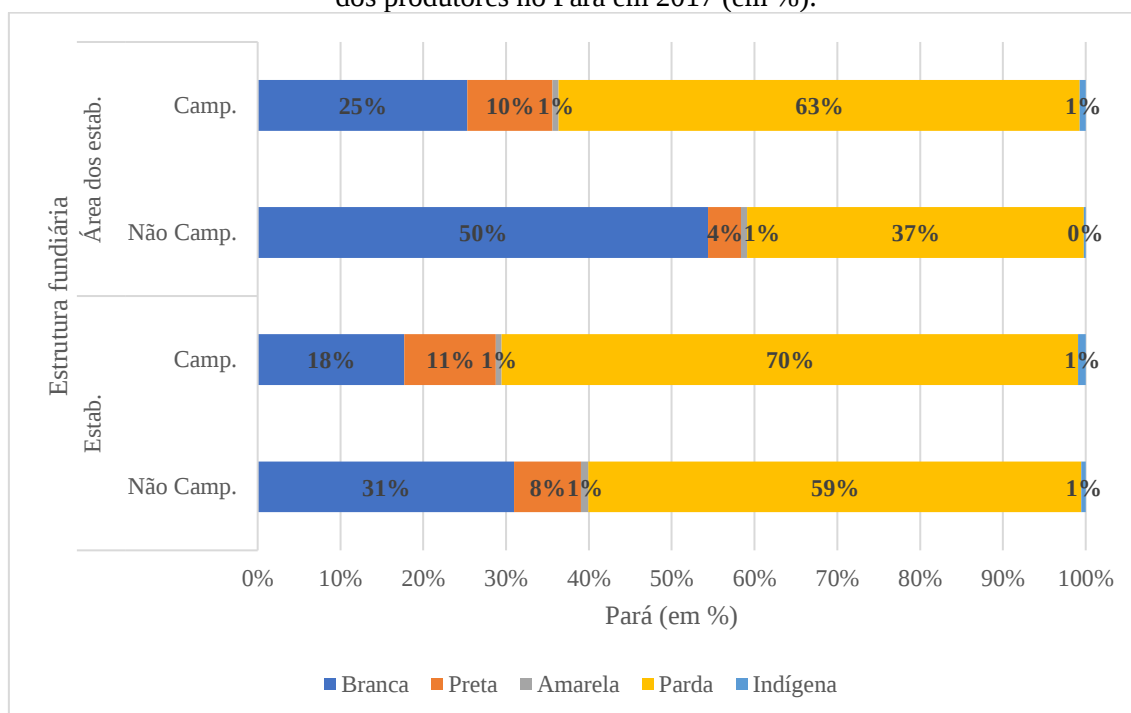
Gráfico 5: Distribuição das áreas dos estab. agrop. por camponeses e não camponeses segundo a cor ou raça do produtor nas grandes regiões do Brasil em 2017 (em %).



Fonte: Censo Agropecuário - IBGE, elaborado pelo autor.

Analisando o estado do Pará no Gráfico 6, a estrutura fundiária indica que entre os camponeses os estabelecimentos estão concentrados em 81% dos negros e seus respectivos controles territoriais correspondem a 73% entre os camponeses. Por sua vez, os não camponeses indicam que os estabelecimentos negros são 67%, porém em relação ao controle das respectivas áreas os brancos detêm 50% do total das áreas. Fica claro, que as estruturas camponesas apresentam uma distribuição racial mais equânime entre estabelecimentos e áreas, em ambos a proporção dos majoritários (negros) são semelhantes. Por sua vez, entre os não camponeses evidencia-se uma característica racista da estrutura social brasileira, onde apesar da maioria dos estabelecimentos serem de negros, o controle sobre as efetivas áreas dos estabelecimentos está nas mãos dos brancos revelando uma característica clássica da desigualdade social do país.

Gráfico 6: Estrutura fundiária relativa a camponeses e não camponeses segundo a cor ou raça dos produtores no Pará em 2017 (em %).



Fonte: Censo Agropecuário - IBGE

Qualificando a análise, a Tabela 2 apresenta os estabelecimentos agropecuários distribuídos racialmente segundo os grupos de áreas em hectare dos respectivos estabelecimentos. Esse indicador constitui uma importante *proxy* de concentração ou descentralização fundiária, possibilitando uma inferência sobre a desigualdade social e, no contexto da nossa investigação, racial. Nota-se que a maior parte dos casos se concentra na faixa dos estabelecimentos de menor dimensão (De 0 até 50 ha), com destaque para os pardos, com 128 mil estabelecimentos, e os pretos, com 20 mil. Em termos relativos, a proporção dos estabelecimentos é significativamente menor nas faixas de maiores dimensões (acima de 1.000 ha). Consequentemente, conforme os números absolutos já indicaram, os estabelecimentos estão bem mais concentrados na faixa de menor dimensão (acima de 0 até 50 ha), sendo a proporção de negros (pardos, 78% e pretos, 78%) e indígenas (83%) respectivamente alta nessa faixa. A análise em relação aos indicadores anteriores confirma o predomínio de produtores negros entre os camponeses e caracteriza que, de fato, estes se organizaram a partir das formas históricas camponesas que controlam estabelecimentos de pequeno porte no Pará.

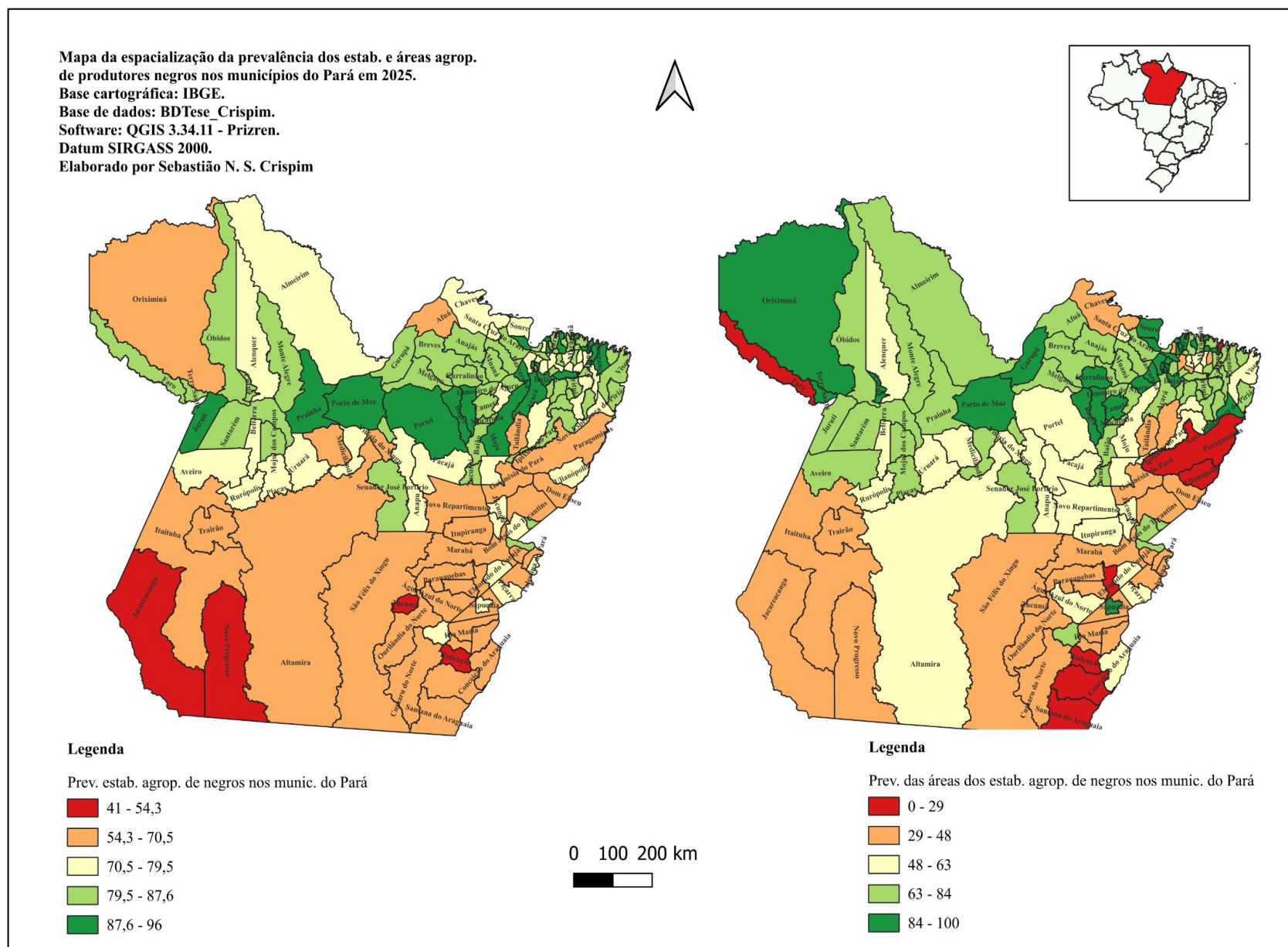
Tabela 2: Número e a distribuição dos estabelecimentos agropecuários de camponeses por cor ou raça dos produtores segundo os grupos de área totais em hectare (absoluto e %).

Camp.	Cor ou raça do produtor					
	Branca	Preta	Parda	Amarela	Indígena	Total
De 0 até 50 ha	27.348	20.318	128.665	1.155	1.818	179.304
De 50 ha até 100 ha	7.533	3.499	20.908	270	216	32.426
De 100 ha < 1.000 ha	6.918	2.229	14.657	189	145	24.138
De 1000 ha até 10.000 ha	11	5	32	0	4	52
De 10.000 ha e mais	1	1	6	0	0	8
Total	41.811	26.052	164.268	1.614	2.183	235.928
Em (%)						
De 0 até 50 ha	65%	78%	78%	72%	83%	76%
De 50 ha até 100 ha	18%	13%	13%	17%	10%	14%
De 100 ha < 1.000 ha	17%	9%	9%	12%	7%	10%
De 1000 ha até 10.000 ha	0%	0%	0%	0%	0%	0%
De 10.000 ha e mais	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Censo Agropecuário - IBGE, elaborado pelo autor.

Os indicadores apresentados apontam para um panorama onde a distribuição dos estabelecimentos agropecuários é mais social e racialmente justa entre os camponeses. Contudo, nos estabelecimentos de não camponeses, percebem-se características típicas da desigualdade racial e socialmente instituída ao longo do tempo no Brasil. Mesmo em menor número, os estabelecimentos de proprietários brancos controlam a maior parte das áreas e seus respectivos estabelecimentos concentram-se nas faixas acima de 100 hectares (ver Apêndice). Finalizando esta primeira parte do capítulo, demonstraremos espacialmente na figura 3 a prevalência dos estabelecimentos e das áreas dos produtores negros por municípios do estado do Pará. No mapa (em tons mais escuros), verifica-se os municípios onde os estabelecimentos de produtores negros são majoritários entre todos os estabelecimentos. Ao analisar o mapa em conjunto com os dados anteriores, é possível inferir que a prevalência de produtores negros nos municípios do Pará reflete a complexa interação entre fatores demográficos, históricos, sociais e econômicos.

Figura 4: Mapa da espacialização da prevalência dos estab. e áreas agrop. dos produtores negros nos municípios do Pará em 2017.



A presença significativa de produtores negros no meio rural paraense está relacionada à história da formação do campesinato na região, marcada pela miscigenação, migração e políticas de desenvolvimento que influenciaram a distribuição da terra e o acesso aos recursos. Percebe-se uma associação entre o mapa das formas históricas camponesas e o da prevalência dos estabelecimentos de produtores negros, pois existe uma quase sobreposição territorial onde as formas camponesas caboclas (CbO e CbF) são predominantes e onde os estabelecimentos de produtores negros também são mais prevalentes. Com isso, podemos afirmar que essas representações visuais das complexas relações entre raça, estrutura agrária e dinâmicas históricas e sociais em um contexto amazônico sugerem possíveis desigualdades raciais em relação ao controle das terras. Contudo, a diversidade e a prevalência de estruturas camponesas indicam que, no Pará, os produtores negros e suas respectivas formas camponesas historicamente instituídas moldaram a formação do campesinato nesta região. A seguir, avançaremos na complexidade da nossa análise, descrevendo as formas históricas características dos camponeses amazônicos no Pará no século XXI.

4.3. Formas camponesas e raça no agrário paraense contemporâneo: uma análise estrutural

Conforme já detalhado no capítulo 3, as formas históricas camponesas são categorizações de processos históricos que organizaram os diversos campesinatos e suas temporalidades subjacentes à conjuntura social e econômica. No caso da Amazônia brasileira, podemos apontar o campesinato amazônico como uma estrutura de longa duração (COSTA, 2012; BRAUDEL, ano). A análise racial tem se mostrado importante devido à relevância explicativa dessa complexidade inerente ao campesinato e à dinâmica agrária da Amazônia brasileira. O exercício metodológico executado por Costa (2021 e 2024) categoriza territorialmente as formas históricas camponesas e, associando o território como variável chave, incorporamos essa categorização ao nosso banco de dados da tese (BDTese_PA). Com isso, foi possível construir indicadores agregando todos os municípios do Pará e suas respectivas formas históricas camponesas prevalentes no agrário amazônico às variáveis censitárias raciais do Censo Agropecuário de 2017.

Assim, na Tabela 3, apresentamos o número e a proporção (em %) dos estabelecimentos agropecuários camponeses por cor ou raça dos produtores, segundo as formas históricas camponesas em 2017. Observa-se que, em todas as formas históricas camponesas (CbO, CbF e ReC), os negros (pardos) são a maioria. Este indicador reforça a relevância da mestiçagem e da

centralidade das pessoas pardas na formação social e no campesinato amazônico. Outro apontamento importante é que os negros (pretos) constituem o segundo grupo em relevância nas formas caboclas (CbO e CbF). Com isso, torna-se evidente que os negros (pardos e pretos) são camponeses historicamente instituídos nas formas mais tradicionais e representativas da economia camponesa amazônica, que tem no bioma seu fundamento reprodutivo (COSTA, 2024).

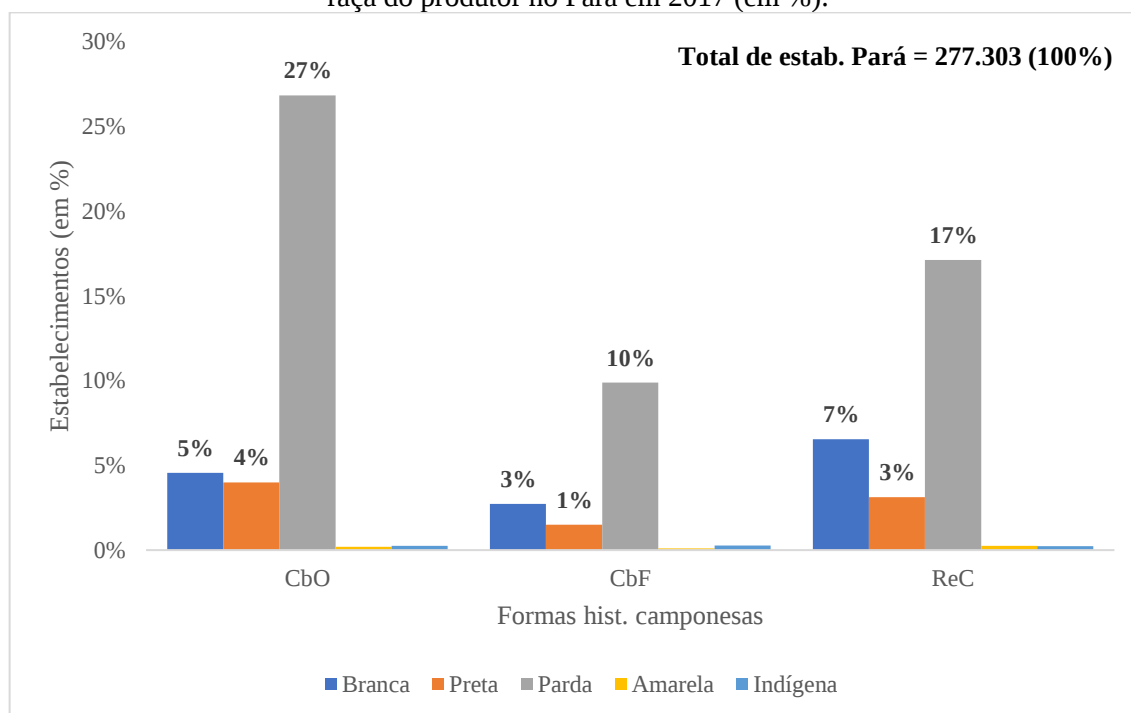
Tabela 3: Estabelecimentos agropecuários camponeses por cor ou raça dos produtores segundo as formas históricas camponesas no Pará em 2017 (absoluto e %).

Formas	Cor ou raça					Total
	Branca	Preta	Parda	Amarela	Indígena	
CbO	12.625	11.073	74.408	522	713	99.341
CbF	7.544	4.138	27.397	269	747	40.095
ReC	18.133	8.679	47.470	687	651	75.620
Total	38.302	23.890	149.275	1.478	2.111	215.056
Estabelecimentos (em %).						
CbO	13%	11%	75%	1%	1%	100%
CbF	19%	10%	68%	1%	2%	100%
ReC	24%	11%	63%	1%	1%	100%

Fonte: BDtese_PA e Censo agropecuário 2017 – IBGE. Elaborado pelo autor.

A predominância da população parda, a presença relevante da população preta e as variações nas proporções raciais entre as formas camponesas (CbO, CbF e ReC) fornecem *insights* importantes sobre a diversidade e a formação do campesinato na Amazônia, especialmente no que diz respeito ao objetivo central da pesquisa de descrever o processo histórico de formação do campesinato negro e suas especificidades. Em relação ao total dos estabelecimentos agropecuários do estado do Pará (em 2017, 277.303 unidades), o Gráfico 7 apresenta a distribuição relativa segundo as formas históricas camponesas por cor ou raça dos produtores. A forma CbO concentra 27% dos estabelecimentos de produtores negros (pardos), que também são relevantes na ReC (10%) e na CbF (17%). Os produtores pretos, por sua vez, são mais concentrados na forma CbO (4%) e na ReC (3%), corroborando que boa parte dessas populações negras no agrário paraense se estabeleceram, em um primeiro momento histórico, em decorrência das duas modalidades da brecha camponesa, tanto na Amazônia (quilombos) quanto no Nordeste (protocamponeses e o campesinato marginal).

Gráfico 7: Distribuição relativa do estab. agrop. segundo as formas históricas camponesas por cor ou raça do produtor no Pará em 2017 (em %).



Fonte: BDtese_PA e Censo agropecuário 2017 – IBGE. Elaborado pelo autor.

Em relação ao controle efetivo das terras e sua distribuição, conforme havíamos descrito na seção anterior, os negros (em especial os pardos) são predominantes quanto ao número de estabelecimentos. Contudo, no que concerne às áreas controladas, os brancos detinham a maior parte. Pois bem, ao analisar os camponeses e suas dinâmicas históricas, percebemos na Tabela 4 que, entre os camponeses, existe um predomínio do controle das áreas por negros (pardos), com a maior parte concentrada nas formas históricas CbO e CbF. Destacamos um ponto importante: os brancos controlam uma parcela considerável das áreas, principalmente na forma ReC (30% do total) e na CbF (24%). Os negros (pretos) controlam uma extensão menor de terras, com as seguintes proporções: ReC (9%), CbF (8%) e CbO (10%). Aqui cabe uma ressalva importante: apesar de comporem o mesmo grupo racial, pardos e pretos apresentam dinâmicas distintas e, com isso, sua agregação exige sempre a necessidade de, ao mesmo tempo, apresentá-los como agrupamento racial (negros), mas também com suas respectivas dinâmicas, que são potencializadas por sua gradação racial, conforme problematizamos no capítulo 1.

Tabela 4: Área dos estabelecimentos agropecuários camponeses por cor ou raça dos produtores no Pará em 2017 (hectare e %).

Formas	Cor ou raça					Total
	Branca	Preta	Parda	Amarela	Indígena	
CbO	276.353	175.909	1.321.367	2.317	10.586	1.786.532
CbF	320.581	111.022	878.717	7.247	5.460	1.323.027
ReC	1.401.577	394.170	2.784.739	16.483	15.310	4.612.279
Total	1.998.511	681.101	4.984.823	26.047	31.356	7.721.838
Área dos estab. (em %).						
CbO	15%	10%	74%	0%	1%	100%
CbF	24%	8%	66%	1%	0%	100%
ReC	30%	9%	60%	0%	0%	100%

Fonte: BDtese_PA e Censo agropecuário 2017 – IBGE. Elaborado pelo autor.

Em uma visão mais ampla da estrutura agrária camponesa no Pará em 2017, considerando tanto o número de estabelecimentos quanto a área por eles controlada, e sua distribuição entre as diferentes formas históricas e grupos raciais, o predomínio da área sob controle de produtores pardos é consistente com o número de estabelecimentos. No entanto, a tabela também destaca a significativa área controlada por produtores brancos, especialmente em certas formas históricas, e a menor proporção da área sob controle de produtores pretos, apesar de sua presença numérica. Esses dados são cruciais para a pesquisa ao detalhar as variações raciais no acesso à terra dentro das diferentes trajetórias do campesinato amazônico, com foco especial nas especificidades do campesinato negro.

Na Tabela 5, caracterizamos uma dimensão produtiva e econômica, investigando a destinação das terras no processo reprodutivo dessas estruturas camponesas. Identificamos que a utilização das terras apresenta variações significativas, e indicaremos as principais por tipo de uso: matas e florestas são mais expressivas entre os negros (pardos), especialmente na forma ReC (57%); as pastagens, por sua vez, destacam os produtores brancos e negros (pardos), especialmente nas formas CbF e ReC; nas lavouras, observa-se certa uniformidade na distribuição racial dos estabelecimentos; e os Sistemas Agroflorestais (SAFs) e outros usos são relativamente marginais nas formas camponesas.

Tabela 5: Área dos estabelecimentos agropecuários de camponeses por cor ou raça e a utilização da terra, segundo as formas históricas camponesas (hectare e %).

Cor ou Raça	Uso da terra	Formas históricas camponesas							
		CbO	CbF	ReC	Total	CbO	CbF	ReC	Total
Branca	Lavouras	46.392	19.535	49.806	127.975	19%	6%	4%	6%
	Pastagens	52.437	161.114	922.283	1.193.215	22%	52%	69%	60%
	Matas ou florestas	109.423	102.595	303.987	539.577	45%	33%	23%	27%
	SAF	8.567	8.505	6.523	27.523	4%	3%	0%	1%
	Outros	24.518	19.194	52.266	107.392	10%	6%	4%	5%
	Total	241.337	310.943	1.334.865	1.995.682	100%	100%	100%	100%
Preta	Lavouras	22.731	5.620	16.315	48.564	17%	6%	6%	9%
	Pastagens	15.147	47.371	150.935	227.513	11%	55%	57%	44%
	Matas ou florestas	73.260	22.505	76.338	180.573	54%	26%	29%	35%
	SAF	6.995	3.047	3.845	15.694	5%	4%	1%	3%
	Outros	18.191	8.241	17.787	47.942	13%	9%	7%	9%
	Total	136.324	86.784	265.220	520.286	100%	100%	100%	100%
Parda	Lavouras	221.663	69.685	135.843	474.657	17%	8%	5%	9%
	Pastagens	207.030	351.876	1.600.543	2.285.769	16%	41%	59%	44%
	Matas ou florestas	640.425	354.336	793.171	1.891.060	50%	41%	29%	37%
	SAF	72.147	20.152	26.184	132.738	6%	2%	1%	3%
	Outros	145.509	64.132	142.856	395.847	11%	7%	5%	8%
	Total	1.286.774	860.181	2.698.597	5.180.071	100%	100%	100%	100%
Amarela	Lavouras	458	32	574	1.110	18%	1%	6%	6%
	Pastagens	81	3.393	4.675	8.367	3%	75%	49%	47%
	Matas ou florestas	1.915	939	3.649	7.283	75%	21%	38%	41%
	SAF	0	103	0	103	0%	2%	0%	1%
	Outros	91	68	638	863	4%	1%	7%	5%
	Total	2.545	4.535	9.536	17.726	100%	100%	100%	100%
Indígena	Lavouras	1.236	593	1.715	3.559	29%	39%	13%	18%
	Pastagens	82	390	1.421	1.893	2%	26%	11%	10%
	Matas ou florestas	2.575	184	8.440	11.641	60%	12%	65%	60%
	SAF	0	0	137	137	0%	0%	1%	1%
	Outros	426	355	1.288	2.091	10%	23%	10%	11%
	Total	4.319	1.522	13.001	19.321	100%	100%	100%	100%

Fonte: BDtese_PA e Censo agropecuário 2017 – IBGE. Elaborado pelo autor.

Em relação à condição dos produtores em relação aos estabelecimentos (à terra), identificamos que a maioria dos estabelecimentos relacionados às formas históricas camponesas e aos grupos raciais declara-se proprietária de suas terras (ver Apêndice). Sabemos que na Amazônia existem historicamente adulterações de títulos de propriedade; porém, entre os camponeses, não acreditamos que esse seja o caso majoritário, pois para obter títulos falsos era necessário acesso a um cartório que emitisse o documento fraudulento e condição de pagar pelo serviço escuso. Dado que toda a metodologia da pesquisa censitária no Brasil é baseada

em dados de origem declaratória, não iremos questionar essa informação. Dessa maneira, a condição de proprietário pode significar uma capacidade de reprodução social que confirma a resiliência e a capacidade econômica das estruturas históricas camponesas amazônicas e, fundamentalmente, das negras.

Os dados analisados revelaram que nas estruturas agrárias do Pará os produtores negros (pardos) predominam em número de estabelecimentos e área total, mas com variações no uso da terra e na condição em relação à terra entre os grupos raciais e as formas camponesas. Essas realidades podem estar relacionadas a processos históricos de colonização, migração e políticas de desenvolvimento que influenciaram a formação do campesinato amazônico. A predominância negra (parda) pode refletir a miscigenação e a migração de nordestinos para a região, enquanto a maior participação branca nas formas CbF e ReC pode estar relacionada a políticas de colonização e migração mais recentes.

A análise da utilização da terra e da condição do produtor em relação à terra revela padrões complexos, com variações significativas entre os grupos raciais e as formas camponesas. Essas variações podem estar relacionadas a fatores ambientais, econômicos, culturais e históricos que influenciam a produção agrícola e a reprodução social dos diferentes grupos camponeses no Pará. Compreender essas relações é fundamental para promover um desenvolvimento agrário mais justo e equitativo na Amazônia, considerando a diversidade étnica e cultural da região e as dinâmicas históricas e sociais que moldaram a formação do campesinato paraense.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente tese de doutorado emerge como uma contribuição relevante e necessária para a compreensão das intrincadas relações entre a população negra, o espaço agrário amazônico e a persistente estrutura do racismo no Brasil, com foco específico na Amazônia brasileira. Ao se debruçar sobre os "campepinatos históricos" e propor uma análise estrutural, objetivamos ter lançado luz sobre as diversidades históricas e contemporâneas que revelam o desenvolvimento socioeconômico da população negra no contexto rural da Amazônia paraense.

A análise do primeiro capítulo desta investigação tratou sobre a intrincada construção da raça negra no Brasil, enraizada nos processos históricos de colonização e no desenvolvimento do sistema capitalista. A subjugação das populações originárias nas Américas e na África, impulsionada pelo racismo estrutural, estabeleceu um padrão de exploração da força de trabalho que se perpetuou da escravidão ao trabalho formalmente livre, através da "etnicização" da mão de obra. Essa hierarquização, como argumenta Wallerstein (2021), correlacionou-se persistentemente com critérios sociais, adaptando-se às necessidades econômicas e às configurações demográficas de cada tempo e lugar.

No contexto brasileiro, a violência do sistema escravista não apenas dizimou populações indígenas, mas também moldou a sociedade a partir da exploração da mão de obra africana escravizada. A resistência negra, manifestada em diversas formas, incluindo a formação de quilombos, representou uma constante confrontação à ideologia dominante branca. No entanto, como aponta Moura (1988), a população negra brasileira enfrentou desafios na articulação de uma identidade étnica unificada, capaz de contrapor-se eficazmente à hegemonia branca.

A categoria "pardo" emerge como um produto direto da miscigenação estrutural que caracterizou o desenvolvimento social e econômico capitalista no Brasil. A distinção internalizada dentro da própria população negra, onde o pardo, por ser mais claro, tende a assimilar a ideologia do dominador e a se considerar superior, fragmenta a consciência de classe e serve como um anteparo à união do segmento explorado e discriminado (MOURA, 1988).

Portanto, a compreensão da construção histórica e social da raça negra no Brasil, incluindo a análise da categoria "pardo", é fundamental para dimensionar a profundidade das desigualdades raciais que persistem na sociedade contemporânea, particularmente no agrário amazônico. A herança da escravidão transcende as mazelas sofridas pela população negra, incrustando-se nas próprias estruturas de poder e nas mentalidades das elites dominantes.

O primeiro capítulo estabeleceu, assim, o alicerce para a investigação subsequente sobre a organização histórica do campeonato negro no agrário brasileiro e amazônico. Ao reconhecer

a complexa construção da raça e suas implicações na estruturação social, torna-se possível analisar de forma mais aprofundada como essas dinâmicas históricas moldaram as experiências e os desafios enfrentados pela população negra no contexto rural da Amazônia.

O segundo capítulo desta investigação debruçou-se sobre as origens e a formação do campesinato negro na Amazônia, buscando estabelecer um referencial histórico que dê a centralidade dessa população na estrutura agrária da região. Marcados pela violência da escravidão e pela marginalização pós-abolição, os negros demonstraram notável resiliência e capacidade de adaptação, buscando no trabalho camponês uma estratégia de reprodução social e de manutenção da unidade familiar. A fuga e a organização em quilombos, especialmente na Amazônia, representam uma das formas históricas primárias de estruturação agrária negra, onde a autonomia e a resistência se manifestaram na organização do trabalho e no uso da terra.

Após a abolição, a migração para as frentes pioneiras da Amazônia também se configurou como um caminho para negros libertos buscarem novas oportunidades e reconstruírem suas vidas como camponeses. A análise das formas históricas camponesas torna-se, portanto, crucial para compreender o processo histórico de formação social dessas estruturas agrárias negras na região.

O estudo de caso dos camponeses negros do Trombetas ilustra de maneira concreta a racionalidade tipicamente camponesa dessas comunidades. Suas estratégias reprodutivas, fortemente ligadas ao uso comum da terra e à organização do calendário produtivo em torno dos ciclos naturais da Amazônia (verão da roça e inverno da coleta), ecoam os princípios da economia camponesa. A luta pela reivindicação e reconhecimento de seus territórios ancestrais os singulariza como um grupo com uma longa duração camponesa na Amazônia, cuja estrutura econômica e social se consolidou ao longo de séculos.

Dessa forma, demonstrou-se a relevância histórica, econômica e social da população negra no agrário amazônico, remontando a pelo menos três séculos. Ao identificar as formas estruturais camponesas negras na contemporaneidade, é possível não apenas reconhecer sua presença e contribuição para a formação da região, mas também fundamentar análises futuras sobre as dinâmicas raciais, o acesso à terra e os desafios enfrentados por esse campesinato na Amazônia brasileira. A ancestralidade e a luta pela terra comum emergem como elementos centrais na compreensão das raízes negras do campesinato amazônico, fornecendo a base para a investigação das formas históricas camponesas e sua relação com a identidade racial no contexto agrário da região.

O terceiro capítulo delineou a diversidade estrutural do campesinato na Amazônia brasileira, reconhecendo que camponeses e seus respectivos campesinatos são expressões

concretas de uma complexidade que se organiza de maneiras diversas, por vezes complementares ou antagônicas ao desenvolvimento do modo de produção capitalista. Na vasta e heterogênea Amazônia, essa diversidade se manifesta em territórios que refletem a evolução adaptativa do modo camponês de produção a fundamentos naturais e institucionais diferenciados ao longo do tempo e do espaço (COSTA, 2022).

A especificidade da unidade de produção camponesa reside na centralidade das necessidades reprodutivas das famílias como motor do processo decisório (CHAYANOV, 2014; COSTA, 2022). Essa perspectiva econômica permite identificar as diversas trajetórias produtivas que marcam os territórios camponeses na Amazônia. O processo histórico de formação das formas históricas camponesas, com exceção da FpB, cuja trajetória, ligada à imigração japonesa, não se alinha diretamente ao objetivo central desta pesquisa de descrever a formação do campesinato negro. A Figura 3 apresentou a espacialização dessas formas históricas nos municípios do Pará em 2025, ilustrando a distribuição territorial das diferentes modalidades de organização camponesa.

Ao apresentar essa diversidade estrutural e suas respectivas formas históricas, garantiu-se a base para a análise da especificidade racial do campesinato amazônico contemporâneo. A compreensão das diferentes trajetórias históricas e das formas concretas de organização camponesa é fundamental para investigar a relação entre raça e estrutura agrária na Amazônia, com foco nas particularidades do campesinato negro. A identificação dessas formas históricas permitiu relacioná-las às estruturas camponesas contemporâneas e suas variações raciais a partir da análise de dados censitários.

Na última parte desta investigação sobre a formação do campesinato negro no agrário amazônico, dedicou-se a analisar descritivamente as estruturas agrárias amazônicas na atualidade, com o objetivo primordial de evidenciar a significativa presença da população negra no espaço rural da Amazônia brasileira, com foco no estado do Pará.

A análise inicial da dinâmica populacional sob o recorte racial revelou tendências demográficas importantes, tanto em nível nacional quanto regional e estadual. No Pará, assim como no Brasil e na região Norte, observou-se um aumento da população negra (pardos e pretos) entre os anos censitários de 2010 e 2022, em contraposição à diminuição da população branca. Essa dinâmica demográfica sugere uma crescente relevância da população negra na composição social do estado, incluindo o seu espaço rural.

A análise da estrutura fundiária, seguindo a mesma metodologia comparativa, apontou para uma predominância de estabelecimentos de produtores negros (pardos) no Pará, tanto em número quanto em área total controlada, especialmente entre os camponeses. Contudo, a análise

também revelou uma concentração de áreas maiores sob o controle de produtores brancos, particularmente entre os não camponeses, evidenciando uma característica da desigualdade racial na estrutura agrária.

Ao aprofundar a análise no Pará, investigando a dimensão estrutural agrária e racial das formas históricas camponesas territorialmente prevalentes (CbO, CbF e ReC), constatou-se que os negros (pardos) são majoritários em número de estabelecimentos em todas as formas. Os negros (pretos) também se mostraram um grupo relevante, especialmente nas formas caboclas (CbO e CbF), reforçando a ideia de que a população negra constitui um campesinato historicamente instituído nas formas mais tradicionais da economia camponesa amazônica.

A análise do controle das terras entre os camponeses revelou um predomínio da área sob controle de produtores pardos, embora os brancos ainda controlem uma parcela considerável, especialmente nas formas ReC e CbF. Essa distribuição aponta para uma complexa relação entre raça e acesso à terra, com variações significativas entre as diferentes formas camponesas.

A investigação sobre o uso da terra e a condição dos produtores em relação à propriedade revelou padrões complexos, com variações entre grupos raciais e formas camponesas, sugerindo a influência de fatores ambientais, econômicos, culturais e históricos na organização do campesinato.

Em síntese, a análise empreendida descreveu de forma contundente a negritude substancial do agrário amazônico contemporâneo, particularmente no estado do Pará. A predominância numérica e a significativa presença em termos de área controlada por produtores negros (pardos e pretos) nas diversas formas históricas camponesas confirmam o objetivo central desta tese. As evidências apresentadas revelam que a população negra não é um elemento marginal no campesinato amazônico, mas sim um ator central e historicamente constituído, cuja presença e organização moldaram e continuam a moldar a estrutura agrária da região. As nuances observadas nas diferentes formas camponesas e no acesso à terra apontam para a necessidade de análises mais aprofundadas sobre as desigualdades raciais persistentes, mas a centralidade da negritude no campesinato amazônico é inegável.

Espera-se que os resultados desta pesquisa tenham evidenciado a necessidade de se considerar a dimensão racial como um elemento central na formulação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural sustentável na Amazônia. A superação das desigualdades raciais no campo requer o reconhecimento das injustiças históricas e a implementação de ações afirmativas que promovam a equidade no acesso a recursos e oportunidades.

REFERÊNCIAS

ACEVEDO, Rosa; CASTRO, Edna. **Negros de Trombetas: guardiões de matas e rios.** - 2. ed. - Belém: Cejup/UFPA-NAEA, 1998, 279 p.

ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui; NEVES, Walter (Org). **Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade.** – São Paulo: AnnaBlume, 2006.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural.** – São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019, 162 p.

BALIBAR, Étienne; Wallerstein, Immanuel. **Raça, nação, classe: as identidades ambíguas.** 1. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2021.

BRASIL. **Censo Demográfico 2022: Identificação étnico-racial da população, por sexo e idade.** – IBGE: Rio de Janeiro, 2023.

BRAUDEL, Fernand. **A dinâmica do capitalismo.** – Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo séculos XV-XVIII.** Trad. Telma Costa. - São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1995, p. 11-19.

CARDOSO, C. F. S. A brecha camponesa no sistema escravista. In: **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas.** – São Paulo: UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, p. 97 – 116.

COSTA, Francisco de Assis. **A economia dos sistemas agroflorestais na Amazônia: uma trajetória crítica para o desenvolvimento sustentável.** 2022. (Working Paper nº 012). Made/USP.

COSTA, Francisco de Assis. **Brief Economic History of the Amazon (1720-1970).** – Cambridge – UK: Editora Cambridge Scholars Publishing, 2019.

COSTA, Francisco de Assis. **Database of Rural Technological Trajectories of the Legal Amazon delimited by the Method of Differentiation and Structural Signification of Rural Production.** 2023. Disponível em <https://zenodo.org/record/7035753>.

COSTA, Francisco de Assis. **Elementos para uma economia política da Amazônia: historicidade, territorialidade, diversidade, sustentabilidade.** – Belém: NAEA, 2012b.
COSTA, Francisco de Assis. **Formação agropecuária na Amazônia: os desafios do desenvolvimento sustentável.** – Belém: NAEA, 2012.

COSTA, Francisco de Assis. **Formação rural extrativista na Amazônia: os desafios do desenvolvimento capitalista (1720-1970).** – Belém: NAEA, 2012a.

COSTA, Francisco de Assis. Structural diversity and change in rural Amazonia: a comparative assessment of the technological trajectories based on agricultural censuses (1995, 2006 and 2017). **Nova Economia**, v.31, n.2, p. 415-453, 2021.

COSTA, Francisco de Assis. The economy of agroforestry systems in the Amazon: a critical trajectory for sustainable development (1995-2017). **Economia e Sociedade**, v. 33, n. 2 (81), p. 1-35, 2024.

COSTA, Francisco de Assis; CARVALHO, Horacio Martins. AGRICULTURA CAMPONESA. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. **Dicionário da Educação do Campo**. – Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. 28-34 p.

CRISPIM, Cleidianne N. S. **Tradição e Capitalismo na Amazônia**: modalidades de relação entre homem e terra pela expansão da fronteira do capital, 2020, 303 fls. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Pará, 2020.

CRISPIM, Sebastião Novais Sousa. **ECONOMIA ENRAIZADA CAMPONESA: análise institucional da (trans)formação do agrário na região da rodovia Belém-Brasília no Pará. 2020**. 164 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal do Pará, 2020.

DAFLON, Verônica Tostes. **Tão longe, tão perto: pretos e pardos e o enigma racial brasileiro**. 2014. 198 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2014.

ELTY, D.; RYCHARDSON, D.; BEHRENDT; STEPHEN; FLORENTINO, M. **Slaves Voyages**. Disponível em: <https://www.slavevoyages.org/>. Acesso em: 01/05/2023.
FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. - São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil**. – São Paulo: Claro Enigma, 2015.

HARRIS, Marc. PRESENTE AMBIVALENTE: UMA MANEIRA AMAZÔNICA DE ESTAR NO TEMPO. In: ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui; NEVES, Walter (Org). **Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade**. – São Paulo: AnnaBlume, 2006. 81-108p.

HARRIS, Mark. **Rebelião na Amazônia: Cabanagem, raça e cultura popular no Norte do Brasil, 1798-1840**. – Campinas: Editora Unicamp, 2017, 365-366 p.
HECHT, Susanna B. Environment, Development and Politics: Capital, Accumulation and Livestock Sector in Eastern Amazonia. **World Development**. vol. 13, n. 6, p. 663-684, 1985.

HOMMA, A. K. O. Os japoneses na Amazônia e sua contribuição ao desenvolvimento agrícola. **Somanlu: Revista de Estudos Amazônicos**, 9(1), p.113–133, (2012).
IANNI, Octavio. **Colonização e Contra-Reforma Agrária na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1979.

IANNI, Octavio. **Escravidão e racismo**. - São Paulo: Hucitec, 1978.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). Disponível em <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuário/censo-agropecuário-2017/características-gerais-das-produções-agropecuária-e-extrativista>. Acesso em: 07 de agosto de 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). Disponível em <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demográfico/demográfico-2022/universo-população-por-cor-ou-raca>. Acesso em: 12 de agosto de 2024.

LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira. A questão da agricultura de subsistência. In: **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**. – São Paulo: UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, p. 117 – 132.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. – São Paulo: Editora Ática, 1988, 61-107 p.

NUGENT, Stephen. Whiter O campesinato? Historical peasantries of Brazilian Amazonia. **The Journal of Peasant Studies**, 29:3-4, 162-189, 2002.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **O nascimento do Brasil e outros ensaios: "pacificação", regime tutelar e formação de alteridades**. - Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016, 117-160 p.

PEREIRA, Airton dos Reis. **A luta pela terra no sul e sudeste do Para: migrações, conflitos e violência no campo**. 2013, 278 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife-PE, 2013.

PLOEG, Jan Douwe Van der. Sete teses sobre a agricultura camponesa. In: PETERSON, Paulo. **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. – Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. 17-32p.

SALLES, Vicente. **O negro na formação da sociedade paraense: textos reunidos**. – 2 ed. – Belém: Paka-Tatu, 2015.

APÊNDICE

Tabela 6: População escrava no Brasil, Norte, Amazonas, Pará e Maranhão entre 1864 até 1887 (pessoas).

	1864	1874	1884	1887
Brasil	1.715.000	1.540.829	1.240.806	723.419
Extremo Norte	101.000	107.680	70.394	43.981
Amazonas	1.000	1.545	-	-
Pará	30.000	31.537	20.849	10.535
Maranhão	70.000	74.598	49.545	33.446

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, elaborado pelo autor.

Tabela 7: População residente e a distribuição percentual segundo a situação do domicílio por cor ou raça em 2010 e 2022 (pessoas e %).

Ano	Situação do domicílio	Cor ou raça						Cor ou raça					
		Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	Total	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	Total
Brasil	Total	91.298.042	10.554.336	761.583	65.318.092	734.127	168.666.180	54,13%	6,26%	0,45%	38,73%	0,44%	100,00%
	2000 Urbana	77.438.432	8.350.108	686.601	50.145.114	383.298	137.003.553	56,52%	6,09%	0,50%	36,60%	0,28%	100,00%
	Rural	13.859.610	2.204.229	74.982	15.172.978	350.829	31.662.628	43,77%	6,96%	0,24%	47,92%	1,11%	100,00%
	Total	90.621.281	14.351.162	2.105.353	82.820.452	821.501	190.719.749	47,52%	7,52%	1,10%	43,43%	0,43%	100,00%
	2010 Urbana	79.851.192	12.288.349	1.825.543	66.618.850	321.748	160.905.682	49,63%	7,64%	1,13%	41,40%	0,20%	100,00%
	Rural	10.770.089	2.062.813	279.809	16.201.601	499.753	29.814.065	36,12%	6,92%	0,94%	54,34%	1,68%	100,00%
Norte	Total	3.616.839	641.208	29.246	8.259.486	213.443	12.760.222	28,34%	5,03%	0,23%	64,73%	1,67%	100,00%
	2000 Urbana	2.724.038	388.958	20.281	5.756.099	46.304	8.935.680	30,48%	4,35%	0,23%	64,42%	0,52%	100,00%
	Rural	892.801	252.250	8.965	2.503.387	167.140	3.824.543	23,34%	6,60%	0,23%	65,46%	4,37%	100,00%
	Total	3.686.144	1.033.504	176.721	10.659.535	305.152	15.861.056	23,24%	6,52%	1,11%	67,21%	1,92%	100,00%
	2010 Urbana	2.948.682	758.270	140.905	7.758.772	61.082	11.667.711	25,27%	6,50%	1,21%	66,50%	0,52%	100,00%
	Rural	737.463	275.234	35.816	2.900.763	244.070	4.193.346	17,59%	6,56%	0,85%	69,18%	5,82%	100,00%
Pará	Total	1.617.015	340.901	11.574	4.115.414	37.681	6.122.585	26,41%	5,57%	0,19%	67,22%	0,62%	100,00%
	2000 Urbana	1.169.024	196.510	8.199	2.697.651	11.718	4.083.102	28,63%	4,81%	0,20%	66,07%	0,29%	100,00%
	Rural	447.990	144.391	3.375	1.417.763	25.962	2.039.481	21,97%	7,08%	0,17%	69,52%	1,27%	100,00%
	Total	1.637.544	533.848	69.412	5.300.812	38.134	7.579.750	21,60%	7,04%	0,92%	69,93%	0,50%	100,00%
	2010 Urbana	1.235.747	367.085	51.116	3.529.878	8.747	5.192.573	23,80%	7,07%	0,98%	67,98%	0,17%	100,00%
	Rural	401.797	166.763	18.296	1.770.933	29.386	2.387.175	16,83%	6,99%	0,77%	74,19%	1,23%	100,00%

Fonte: Censo demográfico 2022 – IBGE, elaborado pelo autor.

Tabela 8: Número e a distribuição dos estabelecimentos agropecuários de não camponeses por cor ou raça dos produtores segundo os grupos de área totais em hectare (absoluto e %).

Não Camp.	Cor ou raça do produtor					Total
	Branca	Preta	Parda	Amarela	Indígena	
> 0 até 50 ha	3.971	2.197	14.648	155	175	21.146
De 50 ha até 100 ha	1.020	352	2.125	68	17	3.582
De 100 ha < 1.000 ha	5.518	656	6.324	130	28	12.656
De 1000 ha até 10.000 ha	2.206	127	1.476	25	9	3.843
De 10.000 ha e mais	97	6	44	0	0	147
Total	12.812	3.338	24.617	378	229	41.374
Em (%)						
> 0 até 50 ha	31%	66%	60%	41%	76%	51%
De 50 ha até 100 ha	8%	11%	9%	18%	7%	9%
De 100 ha < 1.000 ha	43%	20%	26%	34%	12%	31%
De 1000 ha até 10.000 ha	17%	4%	6%	7%	4%	9%
De 10.000 ha e mais	1%	0%	0%	0%	0%	0%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Censo agropecuário 2017 – IBGE, elaborado pelo autor.

Tabela 9: Estabelecimentos agropecuários camponeses por cor ou raça dos produtores e a condição do produtor em relação à terra, segundo as formas históricas camponesas no Pará em 2017 (absoluto e %).

Cor ou Raça	Uso da terra	Formas históricas camponesas							
		CbO	CbF	ReC	Total	CbO	CbF	ReC	Total
Branco	Proprietário(a)	11.747	6.665	16.329	37.832	91%	87%	90%	89%
	Concessionário(a)	193	424	1.194	1.875	1%	6%	7%	4%
	Arrendatário(a)	24	37	56	148	0%	0%	0%	0%
	Parceiro(a)	199	73	77	432	2%	1%	0%	1%
	Comodatário(a)	211	175	156	662	2%	2%	1%	2%
	Ocupante	251	170	321	862	2%	2%	2%	2%
	Prod. Sem área	313	104	75	514	2%	1%	0%	1%
	Total	12.938	7.648	18.208	42.325	100%	100%	100%	100%
Preta	Proprietário(a)	10.066	3.365	7.592	22.781	89%	78%	86%	86%
	Concessionário(a)	365	378	786	1.602	3%	9%	9%	6%
	Arrendatário(a)	28	20	13	73	0%	0%	0%	0%
	Parceiro(a)	241	137	30	506	2%	3%	0%	2%
	Comodatário(a)	147	103	102	520	1%	2%	1%	2%
	Ocupante	226	135	156	570	2%	3%	2%	2%
	Prod. Sem área	268	189	100	575	2%	4%	1%	2%
	Total	11.341	4.327	8.779	26.627	100%	100%	100%	100%
Amarela	Proprietário(a)	428	240	634	1.422	80%	89%	92%	87%
	Concessionário(a)	10	19	40	70	2%	7%	6%	4%
	Arrendatário(a)	0	0	0	4	0%	0%	0%	0%
	Parceiro(a)	8	2	2	17	2%	1%	0%	1%
	Comodatário(a)	4	3	2	14	1%	1%	0%	1%
	Ocupante	72	5	9	87	14%	2%	1%	5%
	Prod. Sem área	11	2	4	17	2%	1%	1%	1%
	Total	533	271	691	1.631	100%	100%	100%	100%
Parda	Proprietário(a)	66.787	23.852	40.892	143.958	88%	85%	85%	86%
	Concessionário(a)	2.004	1.497	3.932	7.799	3%	5%	8%	5%
	Arrendatário(a)	220	117	173	686	0%	0%	0%	0%

	Parceiro(a)	1.779	360	385	3.220	2%	1%	1%	2%
	Comodatário(a)	1.643	730	823	3.962	2%	3%	2%	2%
	Ocupante	1.975	841	1.265	4.643	3%	3%	3%	3%
	Prod. Sem área	1.646	547	364	2.667	2%	2%	1%	2%
	Total	76.054	27.944	47.834	166.935	100%	100%	100%	100%
Indígena	Proprietário(a)	520	654	382	1.610	71%	87%	57%	73%
	Concessionário(a)	106	54	42	206	15%	7%	6%	9%
	Arrendatário(a)	0	0	0	7	0%	0%	0%	0%
	Parceiro(a)	19	2	8	31	3%	0%	1%	1%
	Comodatário(a)	8	0	2	12	1%	0%	0%	1%
	Ocupante	60	37	217	317	8%	5%	33%	14%
	Prod. Sem área	17	4	15	36	2%	1%	2%	2%
	Total	730	751	666	2.219	100%	100%	100%	100%

Fonte: Censo agropecuário 2017 – IBGE, elaborado pelo autor.

ANEXO

Figura 5: Pai e Filho camponeses negros do assentamento Mártires de Abril em Mosqueiro, Belém-PA em 2023.



Fonte: fotografia de Sebastião N. S. Crispim.

Figura 6: Produção camponesa de produtores negros amazônicos em Mosqueiro, Belém-Pa em 2023.



Fonte: fotografia de Sebastião N. S. Crispim.

Figura 7: Unidade familiar camponesa (estabelecimento tipo concessionário-assentamento) em Mosqueiro, Belém-Pa em 2023.



Fonte: fotografia de Sebastião N. S. Crispim.